



Barómetro do Espaço Cívico

Uma análise das dinâmicas a partir das percepções
dos cidadãos em cinco distritos

(Barué - Gorongosa - Moatize - Morrumbala - Pemba)

Luís de Brito | Salvador Forquilha | Wim Neeleman
Euclides Gonçalves | Lúcio Posse | Prudência Mambo
Sandrângela Fortes | Júlia Uinisse

RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

IESE - 2024

Agradecimentos

O IESE agradece à Embaixada do Reino dos Países Baixos em Maputo, que financiou esta pesquisa no âmbito da implementação das actividades do Programa IGUAL.

Título: Barómetro do Espaço Cívico: Uma análise das dinâmicas a partir das percepções dos cidadãos em cinco distritos (Barué, Gorongosa, Moatize, Morrumbala, Pemba)

Autores: Luís de Brito, Salvador Forquilha, Wim Neeleman, Euclides Gonçalves, Lúcio Posse, Prudência Mambo, Sandrângela Fortes e Júlia Uinisse

Copyright © IESE, 2024

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)
Rua Macombe Macossa, nº 142, Sommerschield 1
Maputo, Moçambique
Telefone: + 258 21 486043
Email: iese@iese.ac.mz
Website: www.iese.ac.mz

É proibida a reprodução, total ou parcial, desta publicação para fins comerciais.



Barómetro do Espaço Cívico

Uma análise das dinâmicas a partir das percepções dos cidadãos em cinco distritos
(Barué - Gorongosa - Moatize - Morrumbala - Pemba)

Luís de Brito

Salvador Forquilha

Wim Neeleman

Euclides Gonçalves

Lúcio Posse

Prudência Mambo

Sandrângela Fortes

Júlia Unisse

IESE - 2024

INVESTIGAÇÃO INDEPENDENTE E INTERDISCIPLINAR

Índice

Introdução	9
Perfil dos inquiridos.....	11
Engajamento cívico.....	16
Acesso à informação.....	25
Liberdade de expressão.....	31
Participação política.....	41
Adesão à democracia	48
Algumas notas finais	51
Referências.....	52
Anexo A – Participação nas eleições presidenciais.....	53
Anexo B – Voto presidencial da Frelimo	54

Tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos inquiridos por classe de idade e sexo	11
Tabela 2 – Religião por distrito.....	12
Tabela 3 – Nível de educação por distrito	13
Tabela 4 – Ocupação por distrito.....	14
Tabela 5 – Condições económicas.....	15
Tabela 6 – Participação em reuniões da comunidade	16
Tabela 7 – Reunião para levantar um problema.....	17
Tabela 8 – Apresentação de problemas aos responsáveis locais.....	17
Tabela 9 – Contacto com pessoas influentes	18
Tabela 10 – Participação em organizações	20
Tabela 11 – Pressão para pertencer a organizações.....	20
Tabela 12 – Pressão para participação em reuniões.....	21
Tabela 13 – As opiniões, ou propostas, costumam ser consideradas e postas em prática	22
Tabela 14 – Liberdade de se juntar a outras pessoas para formar uma associação	24
Tabela 15 – Principais fontes de informação.....	25
Tabela 16 – Informação do Governo sobre actividades	28
Tabela 18 – Informação sobre a assistência social	29
Tabela 19 – Informação sobre oportunidades de emprego	29
Tabela 20 – Informação sobre oportunidades de financiamento	30
Tabela 21 – Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Secretário de bairro	31
Tabela 22 – Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do líder tradicional	32
Tabela 23 – Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do governo local.....	33
Tabela 24 – Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Governo Provincial	33
Tabela 25 – Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Conselho de Ministros	34
Tabela 26 – Liberdade de expressar opiniões nas reuniões da comunidade.....	35
Tabela 27 – Liberdade de expressar opiniões nas reuniões com as autoridades locais.....	35
Tabela 28 – Liberdade de expressar opiniões nas reuniões com membros do governo	36
Tabela 29 – Liberdade de expressar opiniões nos órgãos de informação.....	37
Tabela 30 – Liberdade de expressar opiniões na internet e redes sociais.....	37
Tabela 31 – Liberdade para marchar e protestar	39
Tabela 32 – Importância do protesto para a mudança	39
Tabela 33 – Voto declarado e voto real (2019).....	41
Tabela 34 – Informação sobre eleições.....	41
Tabela 35 – Acesso aos postos de recenseamento e votação	42

Tabela 36 - Intimidação durante os períodos eleitorais	43
Tabela 37 - Voto forçado num partido.....	43
Tabela 38 - Votar sem pressão	44
Tabela 39 - Confiança nos processos eleitorais	45
Tabela 40 - Confiança na CNE/STAE.....	45
Tabela 41 - Violência eleitoral.....	46
Tabela 42 - Autores de violência eleitoral	47
Tabela 43 - Liberdade de expressão.....	48
Tabela 44 - Facilidade de adesão a um partido de oposição.....	49
Tabela 45 - Necessidade dos partidos	49
Tabela 46 - Preferência pela democracia.....	50
Tabela 47 - Qualidade da democracia em Moçambique	50
Tabela A - Participação nas eleições presidenciais (1994 - 2019).....	53

Gráficos

Gráfico 1- Distribuição dos inquiridos por classe de idade e sexo.....	11
Gráfico 2 - Religião.....	12
Gráfico 3 - Nível de educação	13
Gráfico 4 - Ocupação	14
Gráfico 5 - Condições económicas.....	15
Gráfico 6 - Participação em reuniões da comunidade	16
Gráfico 7 - Reunião para levantar um problema.....	17
Gráfico 8 - Apresentação de problemas aos responsáveis locais.....	18
Gráfico 9 - Contacto com pessoas influentes	18
Gráfico 10 - Participação em organizações	20
Gráfico 11 - Pressão para pertencer a organizações	21
Gráfico 12 - Pressão para participação em reuniões.....	21
Gráfico 13 - Envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões	22
Gráfico 14 - Oportunidade de apresentar opiniões e propostas	22
Gráfico 15 - As opiniões, ou propostas, costumam ser consideradas e postas em prática	23
Gráfico 16 - Liberdade de se juntar a outras pessoas para formar uma associação.....	24
Gráfico 17 - As três principais fontes de informação	25
Gráfico 18 - Informação do Governo sobre actividades	26
Gráfico 19 - Informação sobre o uso do dinheiro dos impostos.....	28
Gráfico 20 - Informação sobre a assistência social	28

Gráfico 21 - Informação sobre oportunidades de emprego	30
Gráfico 22 - Informação sobre oportunidades de financiamento	30
Gráfico 23 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Secretário de bairro	31
Gráfico 24 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do líder tradicional	32
Gráfico 25 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do governo local.....	33
Gráfico 26 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Governo Provincial	33
Gráfico 27 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Conselho de Ministros	34
Gráfico 28 - Liberdade de expressar opiniões nas reuniões da comunidade.....	35
Gráfico 29 - Liberdade de expressar opiniões nas reuniões com as autoridades locais.....	36
Gráfico 30 - Liberdade de expressar opiniões nas reuniões com membros do governo	36
Gráfico 31 - Liberdade de expressar opiniões nos órgãos de informação	37
Gráfico 32 - Liberdade de expressar opiniões na internet e redes sociais	38
Gráfico 33 - Liberdade para marchar e protestar	39
Gráfico 34 - Importância do protesto para a mudança	40
Gráfico 35 - Voto declarado e voto real (2019).....	41
Gráfico 36 - Informação sobre eleições.....	42
Gráfico 37 - Acesso aos postos de recenseamento e votação	43
Gráfico 38 - Intimidação durante os períodos eleitorais	44
Gráfico 39 - Voto forçado num partido.....	45
Gráfico 40 - Votar sem pressão	46
Gráfico 41 - Confiança nos processos eleitorais	46
Gráfico 42 - Confiança na CNE/STAE	46
Gráfico 43 - Violência eleitoral.....	47
Gráfico 44 - Liberdade de expressão.....	48
Gráfico 45 - Facilidade de adesão a um partido de oposição.....	49

Introdução

O espaço cívico é o resultado de um conjunto de condições que criam o ambiente que permite aos cidadãos e à sociedade civil organizada desempenhar um papel activo na vida política, económica e social da sociedade, sendo por isso um elemento fundamental na construção e consolidação da democracia. O espaço cívico refere-se, pois, ao ambiente no qual os cidadãos exercem os seus direitos de liberdade de expressão, de associação e de participação política de forma livre e sem medo de represálias.¹

Depois de um período de partido único desde a independência e de uma longa guerra civil, a Constituição de 1990 consagrou no seu texto o multipartidarismo e as liberdades e direitos democráticos fundamentais. No entanto, as dinâmicas políticas, económicas e sociais que se seguiram à aprovação da nova Constituição, ao acordo entre o Governo da Frelimo e a Renamo que pôs termo ao conflito armado (Acordo Geral de Paz de 1992), e às primeiras eleições multipartidárias presidenciais e legislativas (1994), não permitiram a consolidação de um espaço cívico suficientemente aberto e capaz de favorecer a democratização da sociedade moçambicana.² Pelo contrário, depois de uma primeira fase de relativa abertura, tem-se verificado, desde o início dos anos 2000, uma intensificação do controle do partido no poder sobre todo o aparelho administrativo e de segurança do Estado, sobre os principais media tradicionais públicos e alguns privados, assim como da violência que vai desde a simples intimidação até ao assassinato contra membros da oposição, activistas da sociedade civil, jornalistas e académicos, em paralelo com um crescimento exponencial da fraude eleitoral (MISA, 2017, 2018; Brito, 2008; Ucucho, 2020; Hanlon, 2024).

Este relatório de pesquisa propõe-se contribuir para a análise do estado actual do espaço cívico em Moçambique, explorando os desafios que os cidadãos enfrentam ao exercer os seus direitos e responsabilidades democráticas, com base nos resultados de um inquérito aos cidadãos conduzido em cinco distritos: Bárue, na província de Manica, Gorongosa, na província de Sofala, Moatize, na província de Tete, Morrumbala, na província da Zambézia e Pemba, na província de Cabo Delgado. A selecção dos distritos foi feita com base em três principais critérios: a) localização na área da implementação do programa IGUAL³; b) resultados das eleições gerais de 2019, que mostram a correlação de força nesses locais entre as formações políticas com representação parlamentar (Frelimo, Renamo e MDM); c) necessidade de tomar em consideração dinâmicas urbanas e rurais.

A pesquisa, realizada ao longo do ano de 2023, incluiu duas vertentes: uma vertente qualitativa, baseada em entrevistas individuais e grupos de discussão, e uma vertente quantitativa, baseada na administração de um questionário. No que se refere à vertente quantitativa, para obter resultados estatisticamente fiáveis a nível de cada distrito e uma margem de erro não superior a 4% com um nível de confiança de 95%, o questionário foi administrado a uma amostra representativa da população maior de 18 anos composta por 3220 inquiridos repartidos por 640 a 650 inquiridos por distrito. Dada a inexistência nos distritos de uma lista dos cidadãos maiores de 18 anos, foi usada como proxy a distribuição disponível da população adulta por locais e mesas de voto para a elaboração da amostra.⁴ Em função da distribuição por locais de votação da população eleitoral recenseada para as eleições de 2019, foi definido o número de questionários a serem realizados nos bairros à volta de cada um desses locais no município, na proporção do número de eleitores registados em cada um. Para respeitar a composição da população em termos de sexo, cada inquiridor tinha a instrução de alternar a administração do questionário entre homens e mulheres.

Para além da introdução e da conclusão, este relatório é composto por seis secções. Na primeira, sobre o perfil dos inquiridos, é apresentada a composição da amostra e a caracterização sociodemográfica dos inquiridos; na segunda, sobre o engajamento cívico, é analisada a participação dos inquiridos em iniciativas comunitárias e o seu nível de participação em organizações sociais; na terceira, sobre o acesso à informação, são identificadas as principais fontes de informação e a percepção dos inquiridos sobre o controle da informação nos diferentes media e redes sociais; na quarta, dedicada à liberdade de expressão, é abordada a questão do relacionamento com as autoridades públicas a

¹ Para detalhes sobre a noção de espaço cívico na literatura das ciências sociais, ver particularmente Tocqueville (2004); Almond & Verba (1963); Putnam (1993).

² Sobre estas dinâmicas, ver a numerosa literatura publicada pelo IESE, em especial na série “Desafios para Moçambique” e em Brito & Chivulele (2017).

³ Programa IGUAL é um mecanismo de apoio à sociedade civil financiado pela Embaixada do Reino dos Países Baixos em Maputo e implementado pelo Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil – CESC. Para detalhes, ver <https://www.cescmoz.org/index.php/nosso-trabalho/programa-igual>.

⁴ Em cada distrito foram usadas as listas de locais e mesas de voto publicadas pelo STAE para as eleições de 2019 e o respectivo número de eleitores.

vários níveis e a percepção sobre o grau de liberdade na expressão de opiniões no contacto com as autoridades e nos media e redes sociais; na quinta, sobre a participação política, é tratada a questão da participação eleitoral e da confiança nos órgãos de gestão eleitoral; finalmente, na sexta secção, é avaliado o grau de adesão à democracia.

Ao trazer alguns elementos sobre a percepção do espaço cívico em Moçambique por parte dos cidadãos, pretende-se com este relatório de pesquisa identificar possíveis áreas de progresso e aspectos que precisam de ser melhorados para fortalecer a democracia e garantir que todos os cidadãos tenham a oportunidade de participar activamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Perfil dos inquiridos

A amostra abrangeu 3220 inquiridos (Barué 640, Gorongosa 640, Moatize 650, Morrumbala 640 e Pemba 650), sendo 1625 homens e 1595 mulheres. Como se pode ver na tabela 1 e gráfico 1, a amostra é bastante próxima da estrutura da população moçambicana pois, conforme os dados do último recenseamento geral (2017), os jovens dos 18 aos 29 anos representavam 43% do total da população adulta, sendo 49% na presente amostra.⁵

Tabela 1 – Distribuição dos inquiridos por classe de idade e sexo

	Homens	Mulheres	Geral
19 - 18	8,1%	7,6%	7,9%
29 - 20	37,7%	45,5%	41,6%
39 - 30	23,8%	24,0%	23,9%
49 - 40	15,6%	12,7%	14,2%
59 - 50	7,3%	5,7%	6,5%
+ 60	7,5%	4,4%	6,0%

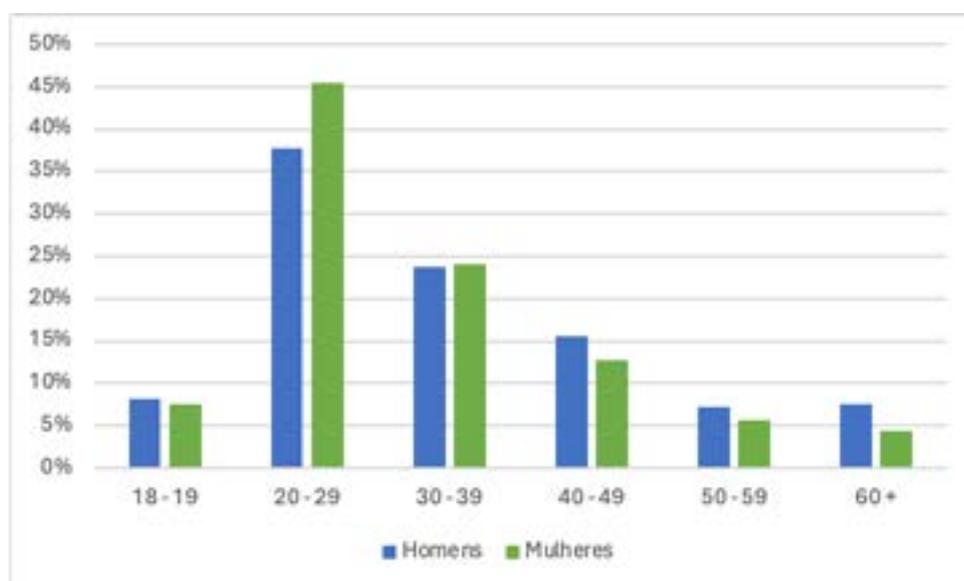


Gráfico 1 - Distribuição dos inquiridos por classe de idade e sexo

Em termos de religião, a situação varia entre os distritos. Como se pode ver na tabela 2 e gráficos 2 e 2a, em Gorongosa, Bárue e Morrumbala a religião protestante⁶ é dominante (respectivamente, 78%, 63% e 63%); em Moatize os católicos representam o maior grupo (41%), logo seguidos pelos protestantes (35%); em Pemba os muçulmanos são maioritários (59%), seguidos pelos católicos (32%).

⁵ O desvio observado é devido, em parte, a uma sobre-representação dos jovens na amostra de Pemba.

⁶ Neste relatório, a categoria “protestante” engloba, para além das denominações principais, uma grande variedade de igrejas e seitas sincréticas locais de matriz cristã.

Tabela 2 - Religião por distrito

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Católica	10,8%	8,0%	40,6%	18,3%	32,3%	22,1%
Muçulmana	0,8%	0,5%	2,5%	1,7%	59,4%	13,1%
Protestante	63,1%	77,8%	34,8%	63,0%	7,5%	49,1%
Outra	3,0%	0,5%	0,8%	1,6%	0,0%	1,1%
Nenhuma	22,3%	13,3%	21,4%	15,5%	0,8%	14,6%

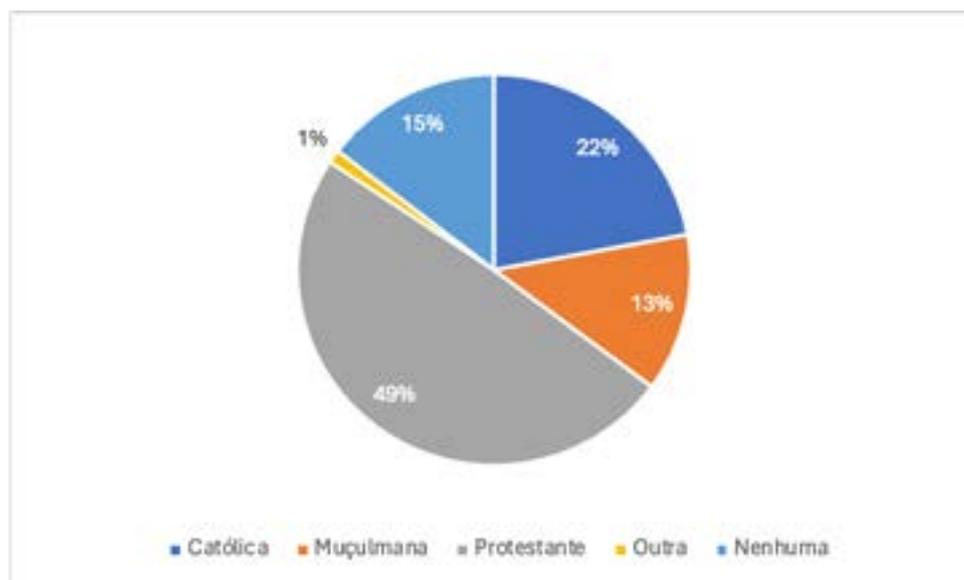


Gráfico 2 - Religião

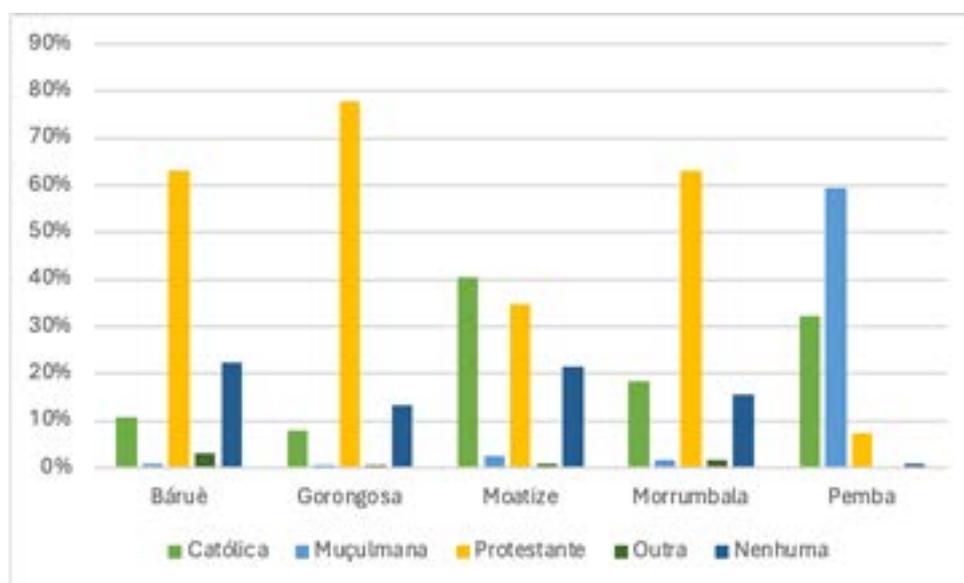


Gráfico 2a - Religião por distrito

No que diz respeito ao nível de educação (tabela 3 e gráficos 3 e 3a), a situação também é bastante diferente de distrito para distrito. Sem surpresa, o maior nível de educação verifica-se em Pemba, que é uma capital provincial e dispõe de uma oferta de estabelecimentos de ensino secundário e superior relativamente importante. O distrito de Báruè ocupa o segundo lugar em termos de formação, apresentando um nível de educação secundária e superior de 58%. Morrumbala tem o pior nível de formação (apenas 31% a nível secundário e superior) e, juntamente com Moatize, apresenta níveis muito superiores à média de inquiridos sem educação formal.

Tabela 3 - Nível de educação por distrito

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Sem educação formal	4,2%	11,6%	22,6%	19,4%	5,4%	12,6%
Ensino primário	37,7%	45,5%	31,4%	49,7%	10,9%	34,9%
Ensino secundário	52,5%	40,3%	42,6%	29,1%	61,4%	45,2%
Ensino superior	5,6%	2,5%	3,4%	1,9%	22,2%	7,1%

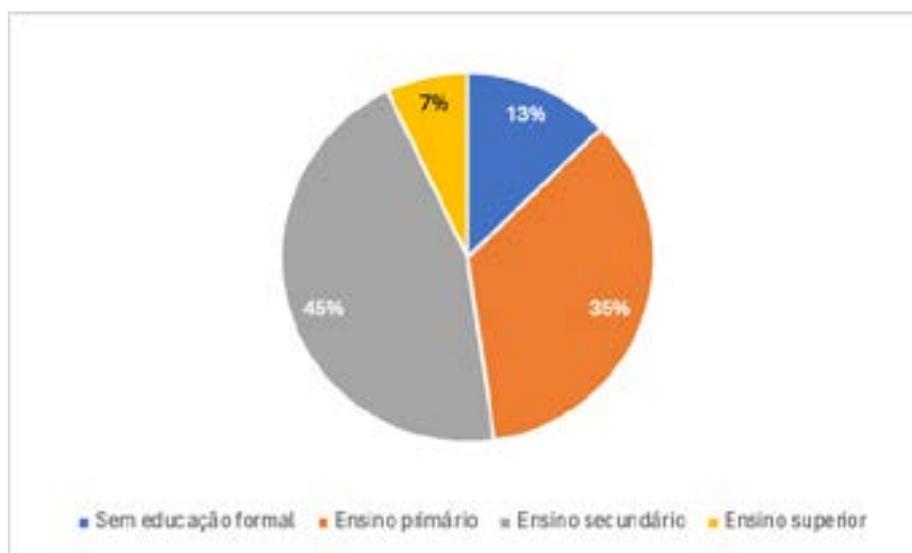


Gráfico 3 - Nível de educação



Gráfico 3a - Nível de educação por distrito

Com exceção de Pemba, em todos os restantes distritos a maioria dos inquiridos são camponeses, agricultores ou pescadores (tabela 4 e gráfico 4). Se não considerarmos os estudantes, os trabalhadores assalariados são o principal grupo em Pemba, sendo um grupo importante também em Báruè e Gorongosa. Por seu lado, os trabalhadores do sector informal ocupam uma posição relativamente importante em Pemba, Báruè e Gorongosa. Estes números mostram que, com exceção de Pemba, estamos perante comunidades essencialmente rurais, que, embora sujeitas aos mecanismos da economia de mercado e ao controle do Estado, vivem em grande medida fora destes. Em parte, isso explica, como veremos mais adiante, o fraco engajamento cívico dos cidadãos.

Tabela 4 - Ocupação por distrito

	Barué	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Camponeses, agricultores, pescadores	50,0%	56,1%	50,8%	73,3%	6,3%	47,2%
Trabalhadores informais	18,8%	16,6%	21,4%	11,3%	20,3%	17,7%
Trabalhadores assalariados	22,3%	15,8%	11,5%	10,2%	30,3%	18,0%
Domésticas	3,9%	4,8%	10,2%	3,0%	10,8%	6,6%
Estudantes	5,0%	5,3%	6,0%	2,0%	32,3%	10,2%
Outros	0,0%	1,4%	0,2%	0,3%	0,0%	0,4%

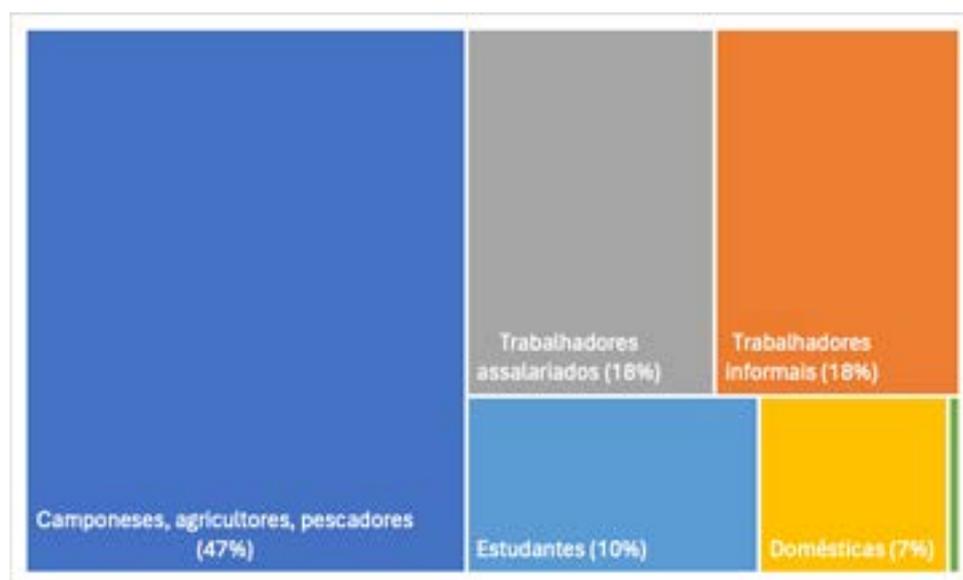


Gráfico 4 - Ocupação

No que diz respeito à avaliação dos inquiridos sobre as suas condições económicas actuais (tabela 5 e gráfico 5), é de destacar a situação de Morrumbala e Moatize, onde a soma da percentagem de respostas “más” e “muito más” (respectivamente 32% e 26%) é bastante superior à média dos restantes três distritos (13%). Trata-se de distritos com a percentagem mais baixa de trabalhadores assalariados, 10% e 12% em Morrumbala e Moatize, respectivamente, situando-se muito abaixo da média dos restantes três distritos (23%). No caso de Morrumbala, a falência das poucas unidades de processamento de algodão existentes no período colonial e nos primeiros anos da independência, a ausência de investimentos na agricultura, apesar de condições agro-ecológicas extremamente favoráveis, e os impactos severos da guerra civil reduziram significativamente as possibilidades de emprego formal a nível local, agravando a vulnerabilidade e as condições de vida das famílias. No que se refere a Moatize, embora o distrito tenha sido palco de grandes investimentos nas últimas duas décadas, particularmente no sector mineiro, a implantação das mineradoras não significou necessariamente a melhoria das condições de vida das famílias locais. O processo conflituoso de reassentamento populacional, as expectativas frustradas das famílias em locais de reassentamento e, sobretudo, a deficiente provisão de serviços básicos e a pouca absorção da mão-de-obra local pelas mineradoras contribuíram para o agravamento das condições de vida das populações locais e condicionam a avaliação que os inquiridos fazem sobre as condições económicas actuais. Pemba e Barué são os distritos que apresentam melhores resultados neste aspecto e Gorongosa ocupa uma posição intermédia.

Tabela 5 - Condições económicas

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Muito boas	0,9%	1,1%	1,8%	1,1%	3,4%	1,7%
Boas	22,3%	21,3%	17,1%	15,8%	25,4%	20,4%
Razoáveis	68,1%	60,5%	55,2%	50,5%	58,6%	58,6%
Más	7,8%	11,7%	20,3%	21,1%	10,5%	14,3%
Muito más	0,8%	5,5%	5,4%	11,4%	2,2%	5,0%
NS/SR ⁷	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%	0,0%	0,1%

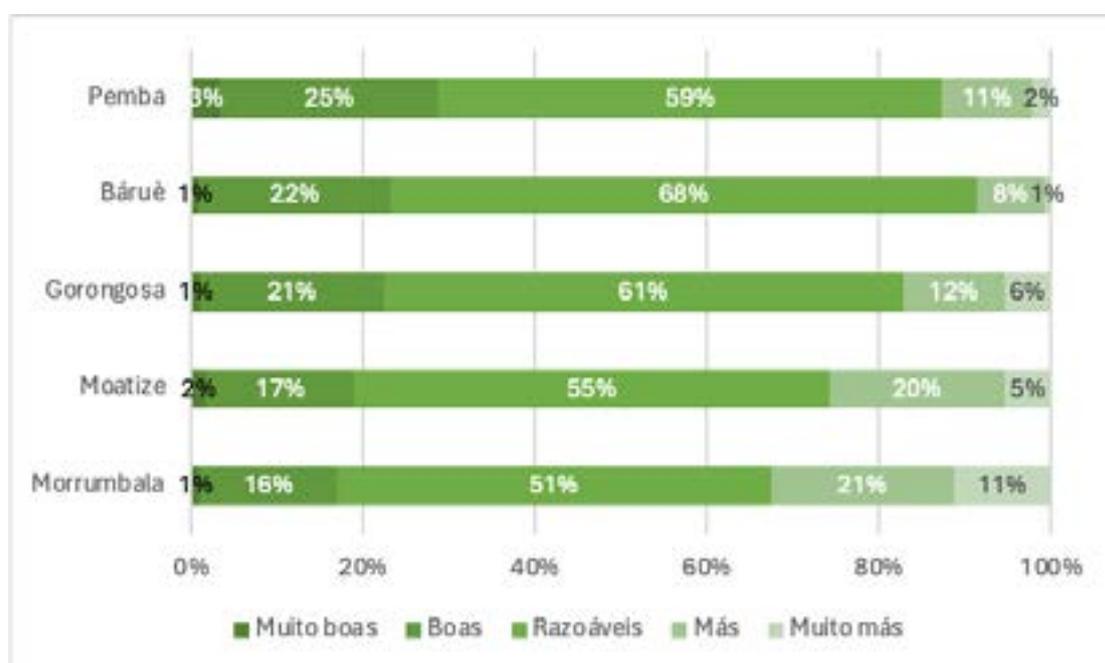


Gráfico 5 - Condições económicas⁸

⁷ NS/SR significa “não sabe”, ou “sem resposta”.

⁸ Ao longo do relatório, em regra geral, os gráficos apresentam os valores das tabelas recalculados excluindo as não respostas (casos em que os inquiridos não quiseram responder à pergunta, ou em que a resposta é “não sabe”).

Engajamento cívico

O engajamento cívico é importante porque contribui para o fortalecimento da democracia, pois quando os cidadãos se envolvem activamente na vida social e política, isso contribui para que o governo seja mais responsável e reactivo às necessidades e desejos da população. Entre outros aspectos, o engajamento cívico abre o campo para o debate e um melhor entendimento sobre as questões da governação e para a contribuição dos cidadãos nas decisões políticas e na formação de políticas públicas, alimentando, por outro lado, a cultura de transparência e prestação de contas da parte dos responsáveis públicos. Nesta secção, são analisados os resultados sobre o nível de participação dos cidadãos em iniciativas comunitárias e em organizações sociais.

A tabela 6 e o gráfico 6 mostram que no conjunto dos cinco distritos há 40% dos inquiridos que participam com frequência (“muitas vezes” e “sempre”) em reuniões da comunidade e 23% que nunca participam, mas a análise por distrito mostra que há uma diferença significativa entre Pemba e os restantes distritos.

Tabela 6 - Participação em reuniões da comunidade

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	15,2%	18,0%	18,8%	23,4%	40,2%	23,1%
Algumas vezes	43,4%	38,0%	30,0%	35,5%	38,8%	37,1%
Muitas vezes	25,5%	23,3%	14,6%	16,1%	12,6%	18,4%
Sempre	15,6%	20,6%	36,6%	24,8%	8,5%	21,2%
NS/SR	0,3%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%

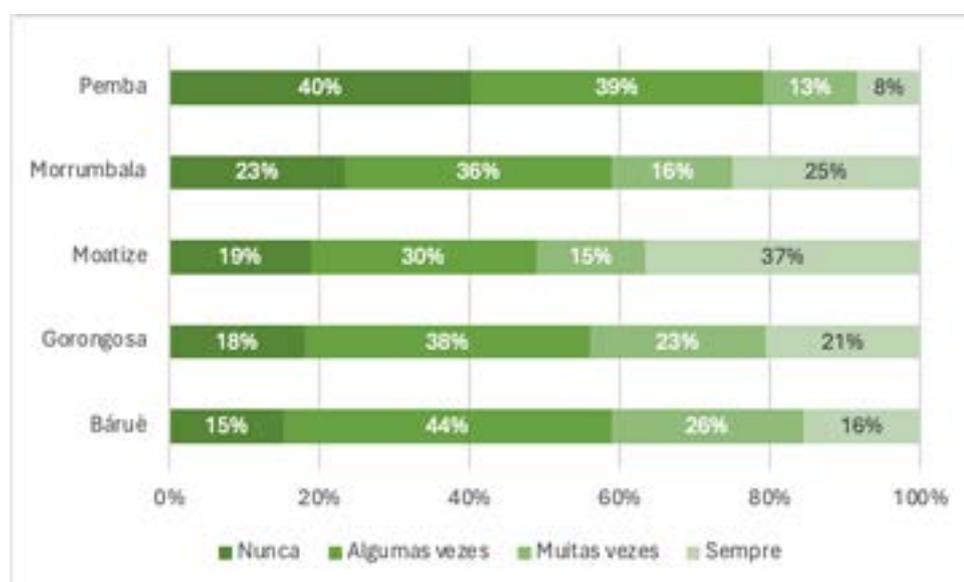


Gráfico 6 - Participação em reuniões da comunidade

Sendo Pemba uma grande cidade, onde os laços comunitários tendem a ser mais fracos, as reuniões comunitárias tendem a ser menos frequentes e o nível de participação nessas reuniões mais baixo. Assim, há em Pemba 40% dos inquiridos que dizem nunca ter participado nesse tipo de reuniões e só 21% que dizem ter participado frequentemente. Nos restantes quatro distritos a situação é inversa, sendo os inquiridos que dizem participar com frequência muito mais numerosos que os que dizem nunca participar. É interessante notar que no distrito de Moatize a percentagem dos participantes frequentes atinge os 51%, o que se explica provavelmente pelo impacto dos grandes projectos extractivos de carvão, que têm levado à deslocação e reassentamento de comunidades inteiras com todos os problemas daí decorrentes.

Tratando-se de reuniões organizadas pela comunidade especificamente para discutir problemas que afectam a comunidade (tabela 7 e gráfico 7), verifica-se que em Moatize 32% dos inquiridos dizem ter participado com frequência, valor que varia entre 20% e 23% nos restantes distritos. Ou seja, há um número bastante superior em Moatize ao registado nos outros distritos de iniciativas para apresentar problemas que afectam a comunidade, o que reforça a hipótese apresentada acima.

Tabela 7 - Reunião para levantar um problema

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	52,0%	53,1%	41,5%	47,8%	49,5%	48,8%
Algumas vezes	25,3%	25,2%	26,9%	32,0%	30,9%	28,1%
Muitas vezes	17,0%	13,4%	12,0%	10,0%	14,9%	13,5%
Sempre	5,0%	8,1%	19,5%	10,0%	4,6%	9,5%
NS/SR	0,6%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%

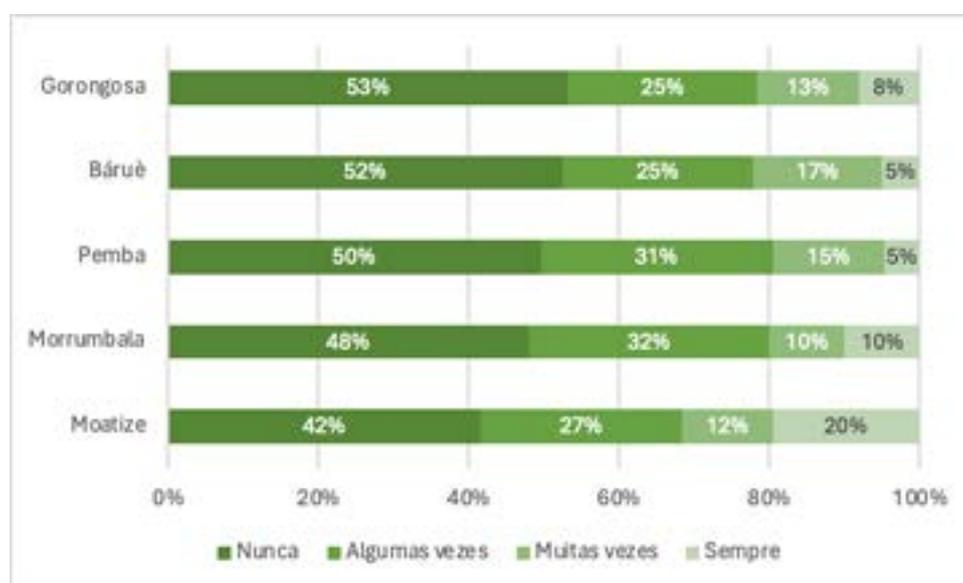


Gráfico 7 - Reunião para levantar um problema

Dentro da mesma lógica, é também Moatize que se destaca na mobilização para apresentar problemas aos responsáveis locais (tabela 8 e gráfico 8). Enquanto nos outros quatro distritos os inquiridos que dizem ter participado com frequência em mobilizações para apresentar problemas às autoridades são entre 16% e 17%, no caso de Moatize esse valor sobe para 28%. As entrevistas e discussões em grupos focais sugerem que a fraca mobilização dos cidadãos para participar em reuniões para apresentar problemas aos responsáveis locais resulta, em grande medida, da reduzida capacidade do Estado em responder às necessidades dos cidadãos, particularmente no que se refere à provisão de serviços básicos. Com efeito, num contexto de escassez de recursos para financiar os serviços, as demandas dos cidadãos, em muitos casos, ficam sem resposta por parte do Estado. A médio e longo prazo, isso afecta a interacção entre o Estado e os cidadãos e contribui para o fraco engajamento cívico.

Tabela 8 - Apresentação de problemas aos responsáveis locais

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	59,1%	59,1%	44,3%	53,3%	53,2%	53,8%
Algumas vezes	24,8%	23,9%	28,2%	29,5%	30,8%	27,5%
Muitas vezes	11,6%	10,0%	10,5%	9,1%	11,8%	10,6%
Sempre	4,1%	6,9%	17,1%	8,0%	4,2%	8,0%
NS/SR	0,5%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%

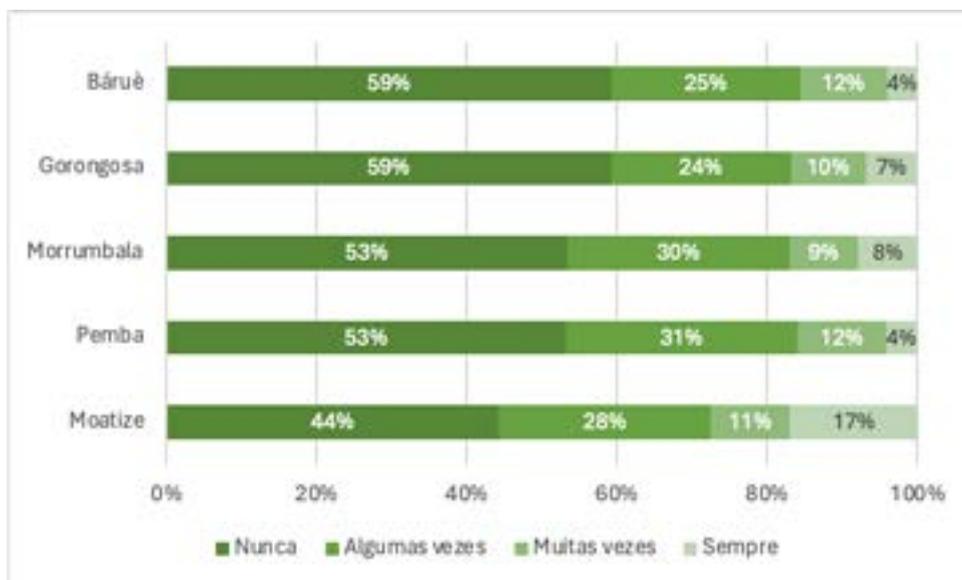


Gráfico 8 - Apresentação de problemas aos responsáveis locais

No que diz respeito ao contacto com pessoas influentes (tabela 9 e gráfico 9), destacam-se as autoridades comunitárias, os líderes tradicionais e os funcionários de partidos políticos, em detrimento dos representantes eleitos (membros das assembleias municipais e provinciais e deputados), o que reflecte uma clara fraqueza do sistema representativo eleitoral. Note-se, no entanto, que em Pemba e Gorongosa o contacto com membros das assembleias municipais, embora reduzido, é bastante superior ao observado nos outros distritos e que em Morrumbala o contacto com os líderes tradicionais e autoridades comunitárias é bastante superior à média.

Tabela 9 - Contacto com pessoas influentes⁹

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Membro da Assembleia Municipal	8,1%	14,6%	5,6%	6,3%	15,1%	12,0%
Deputado da Assembleia da República	0,8%	1,4%	1,4%	1,9%	10,3%	3,2%
Membro da Assembleia Provincial	1,3%	2,0%	1,1%	1,6%	11,1%	3,4%
Funcionário de partido político	12,0%	12,2%	7,5%	15,8%	27,7%	15,1%
Autoridade comunitária	29,8%	33,9%	17,4%	43,8%	33,8%	31,7%
Líder Tradicional	29,4%	29,7%	20,5%	45,8%	26,5%	30,3%

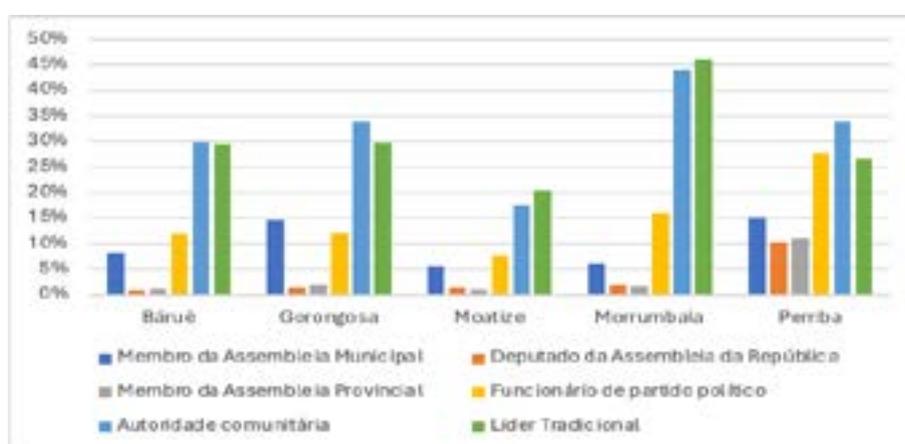


Gráfico 9 - Contacto com pessoas influentes

⁹ Os valores registados na tabela correspondem à percentagem de inquiridos que declararam ter contactado no curso do último ano com uma pessoa influente.

Em relação à participação em organizações sociais, incluindo grupos políticos, há apenas 9% do total dos inquiridos que declaram não pertencer, nem participar em nenhuma organização. Considerando os cinco distritos separadamente, é em Pemba que se regista o valor mais alto (20%) de inquiridos que declaram não participar em qualquer tipo de organização, variando o mesmo valor nos outros distritos entre 5% e 8%. Esta diferença reflecte provavelmente a predominância de formas de socialização diferentes na cidade e no campo.¹⁰

Como se pode ver na tabela 10 e gráfico 10, é nas organizações religiosas que se regista o nível mais alto de participação (69% dos inquiridos no conjunto dos distritos). Os restantes tipos de organizações registam valores mais baixos, sempre inferiores a 50%. No entanto, é de salientar que um pouco mais de um terço (35%) dos inquiridos dizem ser membros ou participar num grupo político, sendo este valor bastante superior à média em Bárue (45%) e inferior em Moatize (26%).

De acordo com os dados do inquérito e das entrevistas e discussões em grupos focais, o nível mais alto de participação registado em organizações religiosas não se traduz no maior engajamento cívico. Na literatura das ciências sociais, a relação entre participação religiosa e engajamento cívico tem sido amplamente estudada (Putnam, 2001; Habermas, 2006; Teorell, 2003; Lundåsen, 2021). Uma parte importante dessa literatura considera que em Estados constitucionalmente bem estabelecidos, comunidades religiosas, geralmente, desempenham um papel importante na estabilização e avanço da cultura política. Isso porque, por um lado, os que participam em organizações religiosas são indivíduos inseridos em redes sociais, que abrangem outros espaços, nomeadamente políticos, e, por outro, os valores veiculados pelas organizações religiosas levam a que os seus membros sejam activos no espaço público: “um bom crente é também chamado a ser um bom cidadão”. Neste contexto, a literatura mostra que comunidades religiosas, muitas vezes, desempenham um papel importante na socialização política dos seus membros e, por via disso, em algumas democracias consolidadas, por exemplo, a religião contribui para a reprodução do próprio modelo democrático. Participar no espaço público torna-se importante para a vida do crente. No caso dos cinco distritos abrangidos pela pesquisa, a situação parece bem diferente. Com efeito, a recente trajectória histórica de Moçambique marcada por relações difíceis entre as organizações religiosas e o Estado moçambicano, particularmente nos anos imediatamente a seguir à independência, quando a Frelimo se declarou partido de orientação marxista-leninista, contribuiu não só para a hostilização do espaço religioso como também para a criação e reprodução da narrativa da separação dos espaços religioso e político/público como sendo totalmente opostos. Na sequência desta narrativa, quer as elites políticas, quer os próprios crentes entendem que as organizações religiosas se ocupam de assuntos meramente “espirituais”, sem ligação com o que acontece no espaço público. Assim, falar de eleições, corrupção, participação política nas organizações religiosas, seria imiscuir-se em assuntos que não dizem respeito à religião e, por conseguinte, condenável aos olhos das elites políticas. Aliás, algumas lideranças religiosas entrevistadas têm consciência disso, tal como ilustra o excerto abaixo:

(...) percebemos que como cristãos ou como religiosos precisamos também intervir em processos políticos (...) porque problemas com políticas que violam o direito das pessoas tem repercussões na comunidade (...). As comunidades que sofrem são as comunidades cristãs, são as comunidades muçulmanas, são as comunidades católicas que sofrem. Então, não seria bom que as organizações religiosas ficassem de braços cruzados. Nesse processo, líderes religiosos começaram a fazer monitoria de políticas públicas e a resposta não foi muito boa. Porque para os políticos, política é para os políticos (...) religião é para os religiosos. Então, não se compreendia, pelo menos do ponto de vista político, porque é que organizações religiosas se envolviam em processos de governação e processos de monitoria de políticas entre outras coisas.¹¹

Neste contexto, o nível mais alto de participação em organizações religiosas traduz a busca de repostas “espirituais” para problemas reais da precariedade e ausência de serviços básicos e condições de vida, sobretudo por parte das camadas populacionais mais desfavorecidas. Num contexto de precariedade e vulnerabilidade onde o Estado não responde satisfatoriamente à demanda dos cidadãos em matéria de serviços básicos (saúde, educação, habitação, emprego), os espaços religiosos surgem como alternativa

¹⁰ O distrito de Pemba corresponde à área do município e é essencialmente urbano, enquanto os restantes distritos são predominantemente rurais.

¹¹ Entrevista com um líder religioso, Pemba, 13 de Novembro de 2023.

para a melhoria das condições de vida e, em parte, isso explica também a proliferação de seitas religiosas e a mercantilização da religião. Por conseguinte, diferentemente de outros contextos, acima referidos, o nível mais alto de participação registado em organizações religiosas nos cinco distritos abrangidos pela pesquisa não parece ter uma ligação com um maior envolvimento dos cidadãos desses distritos no espaço cívico.

Tabela 10 - Participação em organizações

	Báruè	Gorongosa	Motize	Morrumbala	Pemba	Geral
Organização religiosa	71,1%	77,3%	63,8%	77,2%	55,8%	69,0%
Organização de jovens	38,6%	45,5%	33,4%	41,9%	30,8%	38,0%
Grupo de poupança	38,9%	45,3%	36,6%	25,4%	39,4%	37,1%
Grupo político	44,8%	34,2%	26,0%	35,4%	35,8%	35,2%
Grupo cultural	35,6%	33,3%	34,6%	29,7%	25,8%	31,8%
Grupo desportivo	27,8%	31,3%	30,0%	24,6%	30,9%	28,9%
Organização de mulheres	26,9%	31,6%	30,5%	26,5%	24,8%	28,0%

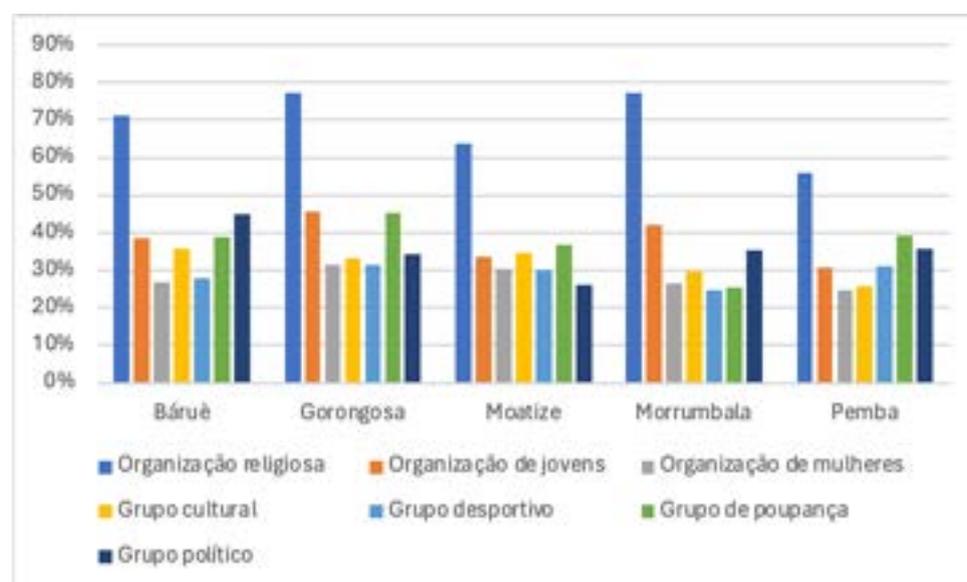


Gráfico 10 - Participação em organizações

Os valores relativamente altos de participação em organizações políticas podem ser explicados em parte como resultado de pressões exercidas nesse sentido. Como se pode ver nos dados da tabela 11 e gráfico 11, existe uma pressão muito maior para aderir a um partido, em média 18% dos inquiridos disseram ter sofrido pressões para isso, do que para participar em organizações da sociedade civil, ou associações de base comunitárias (respectivamente, 5% e 7%). A pressão para aderir a um partido é particularmente forte em Pemba (24%). O distrito de Báruè é o que apresenta os valores mais baixos em todos os casos.

Tabela 11 - Pressão para pertencer a organizações¹²

	Báruè	Gorongosa	Motize	Morrumbala	Pemba	Geral
Partido político	13,1%	17,0%	19,7%	16,3%	23,5%	18,0%
Organização da sociedade civil	1,9%	3,9%	5,7%	5,8%	9,1%	5,3%
Associação de base comunitária	2,8%	8,0%	7,7%	6,9%	9,2%	6,9%

¹² Os valores registados na tabela correspondem à percentagem de inquiridos que declararam ter sofrido pressão.

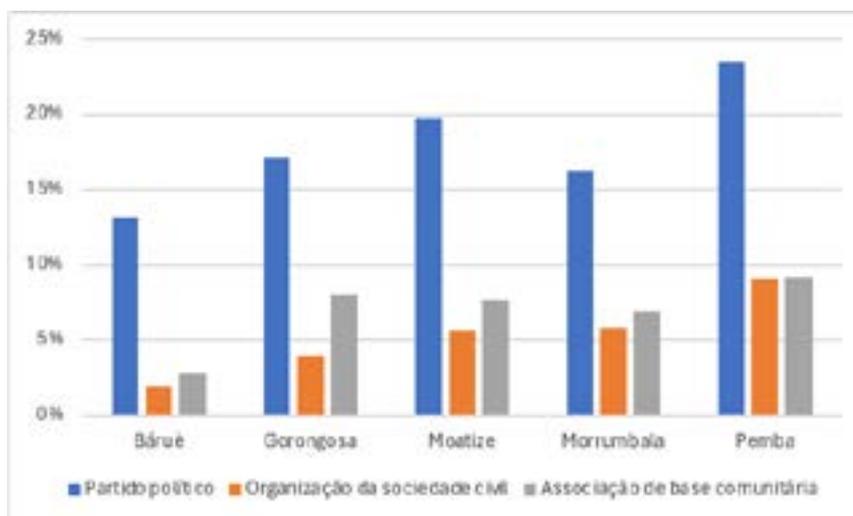


Gráfico 11 - Pressão para pertencer a organizações

De acordo com os dados recolhidos (tabela 12 e gráfico 12), um certo número de inquiridos afirma ter-se sentido forçado a participar em reuniões de partidos políticos, dos governos locais e de organizações da sociedade civil ou associações comunitárias. Também neste caso se observa que é em relação à participação em reuniões partidárias, logo seguidas das reuniões dos governos locais, que se regista o maior nível de pressão, respectivamente 17% e 12%. Também neste caso, é o distrito de Bárue onde, de acordo com os dados, se regista menor grau de pressão.

Tabela 12 - Pressão para participação em reuniões

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Partido político	11,3%	14,5%	19,5%	21,4%	16,3%	16,6%
Governo local/municipal	6,3%	14,2%	12,5%	17,0%	8,6%	11,7%
Organização da sociedade civil	1,9%	4,7%	5,5%	3,3%	9,4%	5,0%
Associação de base comunitária	2,8%	7,5%	9,2%	5,3%	10,5%	7,1%

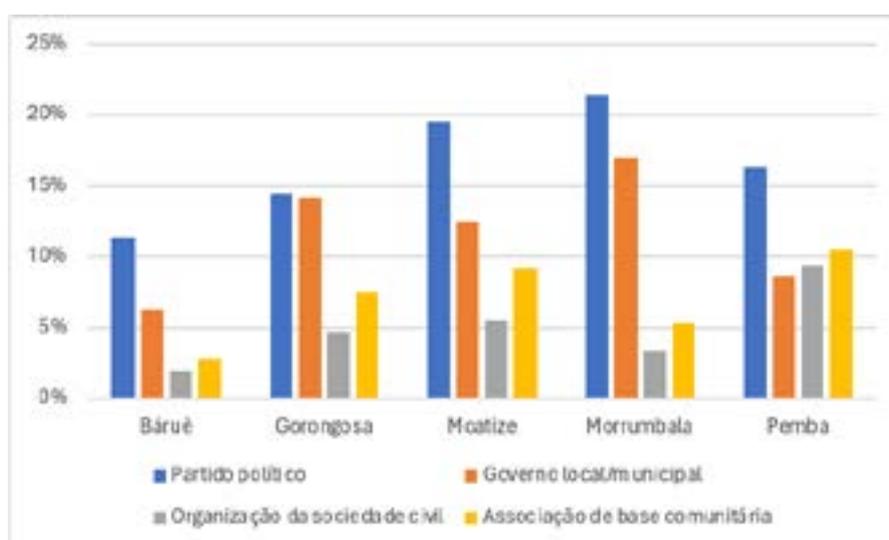


Gráfico 12 - Pressão para participação em reuniões

O facto de haver uma certa pressão para os cidadãos participarem em actividades dos governos locais não significa que eles se sintam envolvidos na tomada de decisões. Como se pode ver no gráfico 13, é precisamente no distrito de Bárue, onde a pressão é menor, que se regista a maior concordância (76%) com a ideia de que as autoridades locais envolvem os cidadãos na tomada de decisões. Os distritos de Pemba e Morrumbala são aqueles em que o nível de concordância com essa ideia é menor e inferior a 50% (respectivamente, 33% e 43%). Os restantes dois distritos ocupam uma posição intermediária, com valores que são de 54% para Moatize e 64% para Gorongosa.

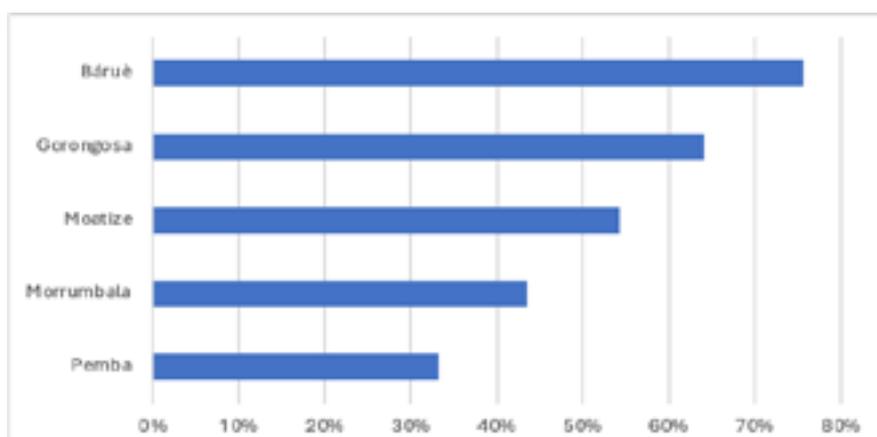


Gráfico 13 - Envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões¹³

O gráfico 14 mostra que Bárue e Gorongosa são os distritos onde se observa a maior concordância com a ideia de ter oportunidade de apresentar opiniões, ou propostas, às estruturas de tomada de decisão (respectivamente, 54% e 51%), que Moatize ocupa uma posição intermédia (50%) e que Morrumbala e Pemba ocupam os últimos lugares (respectivamente, 39% e 32%). Isto reforça os dados acima apresentados: quanto maior é o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões, maior é também a oportunidade de apresentar opiniões, ou propostas, às autoridades.

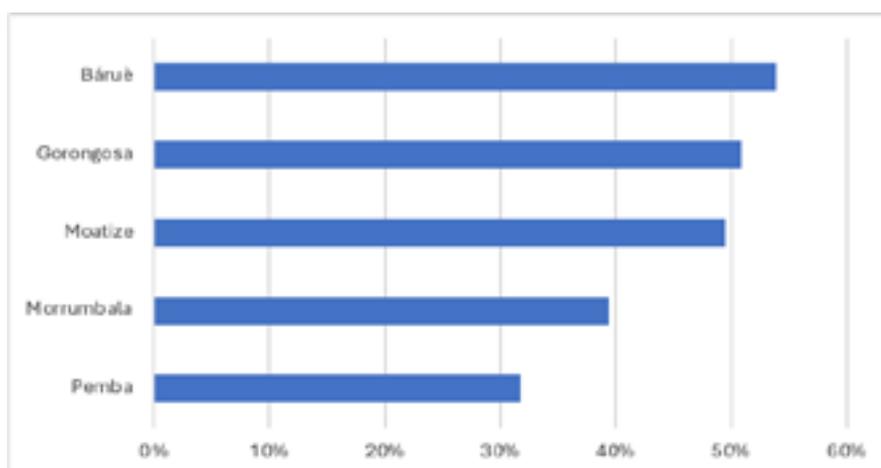


Gráfico 14 - Oportunidade de apresentar opiniões e propostas

No entanto, de acordo com os inquiridos, o facto de haver envolvimento e oportunidade para a apresentação de ideias não significa necessariamente que elas sejam aceites e postas em prática pelas autoridades, pois, como se pode ver na tabela 13 e gráfico 15, apenas 12% dos inquiridos afirma que isso acontece frequentemente (respostas “muitas vezes” e “sempre”). Com excepção do distrito de Gorongosa, em todos os restantes a opinião dominante (acima de 50%) é que as propostas dos cidadãos nunca são aceites.

Tabela 13 - As opiniões, ou propostas, costumam ser consideradas e postas em prática

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	49,8%	44,4%	53,2%	56,6%	52,6%	51,3%
Algumas vezes	35,8%	42,7%	30,0%	27,7%	29,5%	33,1%
Muitas vezes	5,8%	5,6%	7,4%	5,9%	11,4%	7,2%
Sempre	3,3%	3,1%	8,3%	3,6%	6,5%	5,0%
NS/SR	5,3%	4,2%	1,1%	6,3%	0,0%	3,4%

¹³ Os valores registados nos gráficos 13 e 14 correspondem à resposta “sim”.

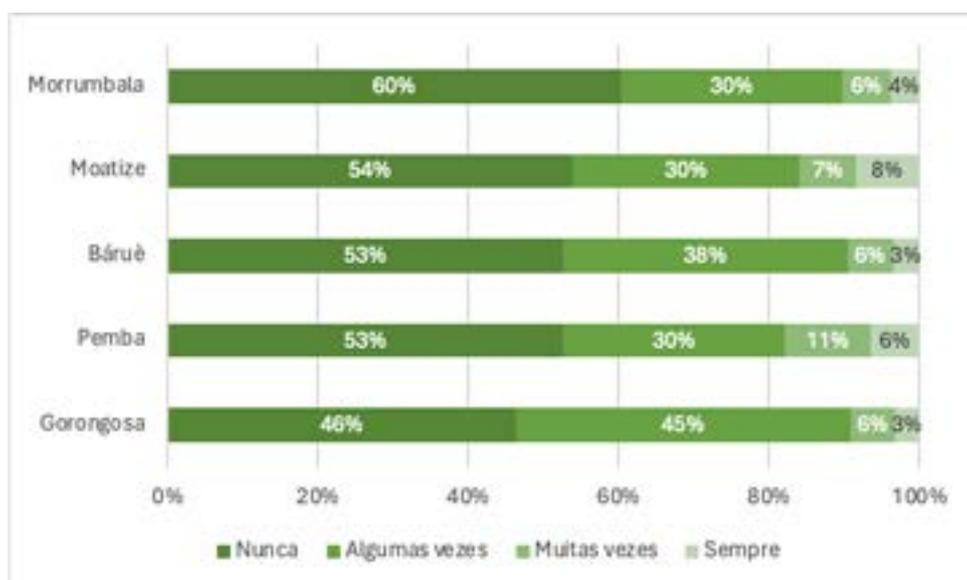


Gráfico 15 - As opiniões, ou propostas, costumam ser consideradas e postas em prática

Um outro aspecto interessante em termos de engajamento cívico é o facto de um grande número de inquiridos (42%) não se sentir livre para formar uma associação (tabela 14 e gráfico 16). Pemba é o distrito onde essa opinião é mais marcada (46%) e Morrumbala destaca-se significativamente pelo valor mais baixo (34%).

No caso de Pemba, a situação é agravada pela violência armada que se vive na província, desde 2017, que, por um lado, transformou o distrito num local de acolhimento de muitos deslocados de guerra e, por outro, contribuiu para o aumento do controle das autoridades governamentais como forma de garantir a segurança, facto que gera um clima de medo por parte dos cidadãos e afecta a sua liberdade. Mas não é apenas o facto de os cidadãos se sentirem menos livres para formar associações que compromete o engajamento cívico nesses cinco distritos. As entrevistas e discussões em grupos focais mostram que a burocracia para a constituição e reconhecimento das associações a nível da base, em grande medida, limita o seu registo oficial. A este respeito, o testemunho de uma das associações de Pemba é elucidativo:

Não foi fácil para podermos nos constituir e registar como uma associação. Houve várias tentativas, houve vários chumbos, desculpe-me falar a linguagem popular. Houve vários chumbos para podermos nos constituir como uma associação registada oficialmente. Antes, nós éramos um grupo simples de jovens que andavam aí na praia a receber os deslocados de guerra que chegavam a Pemba vindos das zonas atacadas (...) Mas, depois dos primeiros 10 ataques de 2018 e o ciclone Kenneth, a situação de deslocados piorou em Pemba e aí decidimos constituir uma associação oficialmente. A nossa documentação foi reprovada cerca de cinco vezes... e, pior, sem nenhuma explicação palpável.¹⁴

A questão da burocracia para o registo das associações faz-se sentir com muito mais força em contextos comunitários rurais. Com efeito, constituídas maioritariamente por camponeses,¹⁵ sem educação formal e de baixa renda, as associações de nível comunitário levam muito tempo para conseguirem um registo oficial. No caso do distrito de Morrumbala, por exemplo, as discussões em grupos focais mostram que muitas associações não conseguem registar-se e ao fim de um certo período acabam desistindo do registo.

¹⁴ Entrevista com membros de uma associação de base comunitária, Pemba, 10 de Novembro de 2023.

¹⁵ Muitas dessas associações de nível comunitário são do sector agrícola, congregadas em uniões de camponeses de diferentes níveis (distrito, localidade e povoação/aldeia).

Tabela 14 - Liberdade de se juntar a outras pessoas para formar uma associação

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	43,3%	43,1%	41,4%	34,4%	45,8%	41,6%
Algumas vezes	24,1%	25,6%	27,7%	31,1%	29,7%	27,6%
Muitas vezes	13,1%	12,5%	7,1%	13,1%	11,1%	11,4%
Sempre	19,2%	15,9%	23,7%	18,1%	13,4%	18,1%
NS/SR	0,3%	2,8%	0,2%	3,3%	0,0%	1,3%

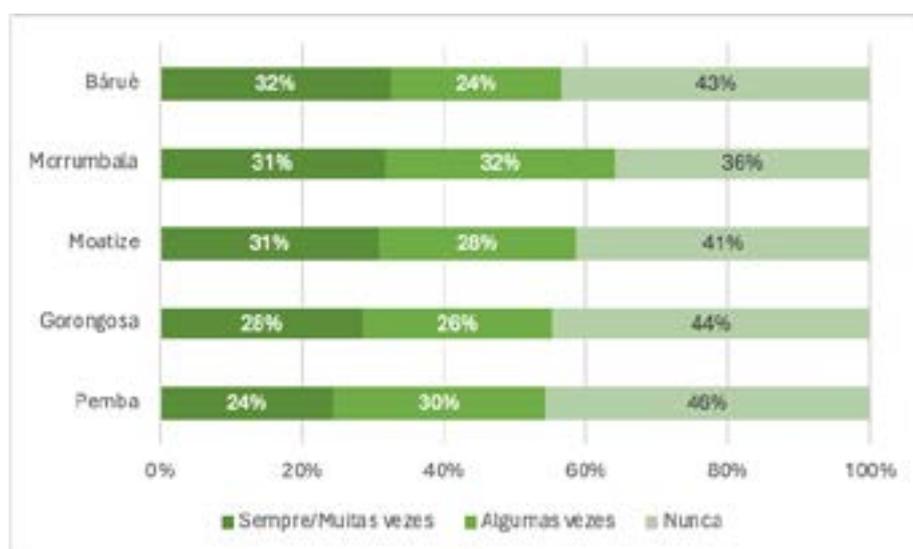


Gráfico 16 - Liberdade de se juntar a outras pessoas para formar uma associação

Acesso à informação

O acesso à informação é um elemento importante da transparência e da prestação de contas, permitindo que os cidadãos estejam bem informados e possam participar de forma activa e consciente na tomada das decisões que afectam a sua vida.

A importância das diferentes fontes de informação e, portanto, da forma e qualidade do acesso à informação varia bastante em função dos distritos, embora a rádio seja a principal fonte de informação em todos os distritos, com a excepção de Pemba, onde ocupa o terceiro lugar com um valor muito modesto. A televisão é particularmente importante em Pemba, mas também tem um certo peso em Báruè, Moatize e Gorongosa. A internet e as redes sociais apenas se destacam em Pemba e Báruè. Os amigos, vizinhos e familiares aparecem em terceiro lugar em Moatize e Morrumbala, enquanto as reuniões com autoridades aparecem em segundo lugar em Gorongosa e em Morrumbala (tabela 15 e gráfico 17).

Tabela 15 - Principais fontes de informação¹⁶

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Rádio	28,4%	30,3%	38,8%	43,3%	9,4%	30,0%
Televisão	23,9%	16,7%	17,5%	10,0%	50,0%	23,7%
Internet e redes sociais	15,2%	11,1%	9,4%	5,2%	31,1%	14,4%
Amigos, vizinhos ou familiares	14,5%	14,5%	14,9%	12,3%	4,2%	12,1%
Reunião com autoridades	11,6%	17,0%	12,3%	15,9%	0,6%	11,5%
Organizações religiosas	5,2%	8,1%	2,8%	7,3%	1,2%	4,9%
Jornais	0,2%	0,2%	0,6%	0,5%	3,4%	1,0%
Outras	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%
Nenhuma	1,1%	2,0%	3,7%	5,3%	0,2%	2,5%

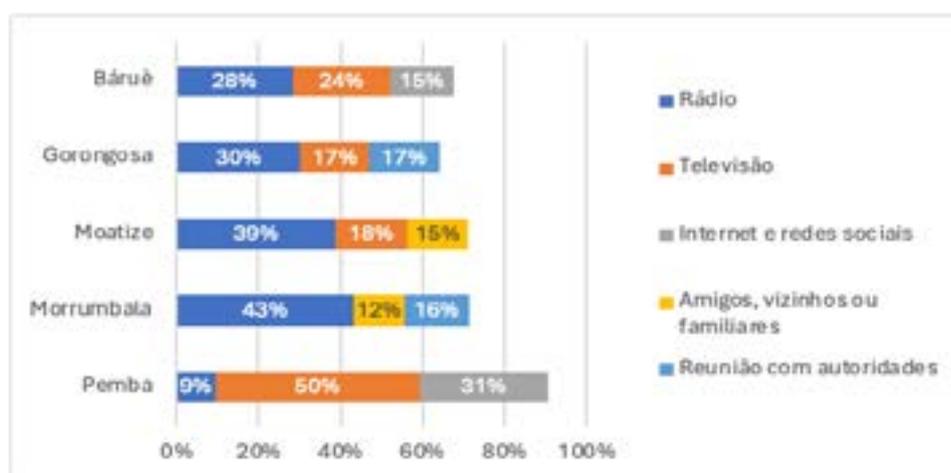


Gráfico 17 - As três principais fontes de informação

O nível de confiança na independência dos meios de informação tradicionais (rádio, televisão e jornais) é relativamente baixo, se considerarmos que entre um terço e metade dos cidadãos pensam que o Governo controla a informação que neles circula (tabela 15a e gráfico 17a), sendo o valor mais alto observado em Pemba.

¹⁶ A pergunta era: "Quais são as suas três principais fontes de informação e notícias?" Os valores apresentados na tabela referem-se apenas às fontes de informação indicadas em primeiro lugar.

Tabela 15a - Controle do Governo sobre a informação nos órgãos de informação

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	25,0%	25,8%	31,4%	20,6%	14,3%	23,4%
Algumas vezes	26,3%	26,4%	33,5%	28,6%	35,4%	30,1%
Muitas vezes	14,2%	11,9%	8,5%	12,3%	20,8%	13,5%
Sempre	28,6%	25,2%	25,5%	22,5%	29,5%	26,3%
NS/SR	5,9%	10,8%	1,1%	15,9%	0,0%	6,7%

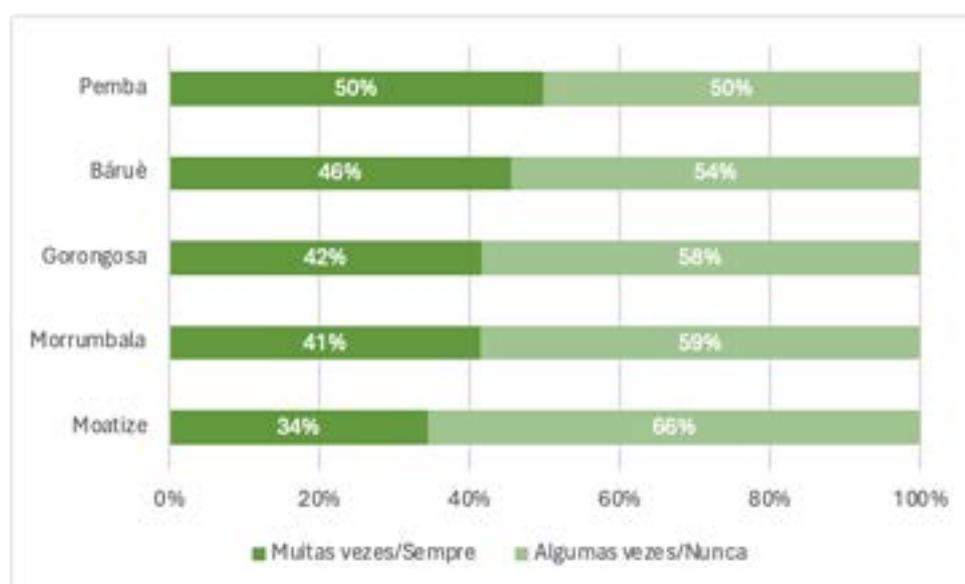


Gráfico 17a - Controle do Governo sobre a informação nos órgãos de informação

Ao mesmo tempo, um número significativamente menor, entre 23% e 32%, pensa que o Governo controla as informações que circulam na internet e nas redes sociais (tabela 15b e gráfico 17b). Também aqui é em Pemba que se regista o valor mais alto, o que é de alguma maneira surpreendente se considerarmos que é aí onde o nível de educação é mais elevado e o contacto com esses meios maior.

Tabela 15b - Controle do Governo sobre a informação na internet e redes sociais

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	38,0%	35,2%	42,6%	29,1%	22,3%	33,4%
Algumas vezes	29,1%	23,3%	28,9%	19,8%	45,5%	29,4%
Muitas vezes	10,3%	7,7%	5,8%	5,3%	16,0%	9,0%
Sempre	13,1%	14,7%	18,3%	9,1%	15,7%	14,2%
NS/SR	9,5%	19,2%	4,3%	36,7%	0,5%	14,0%

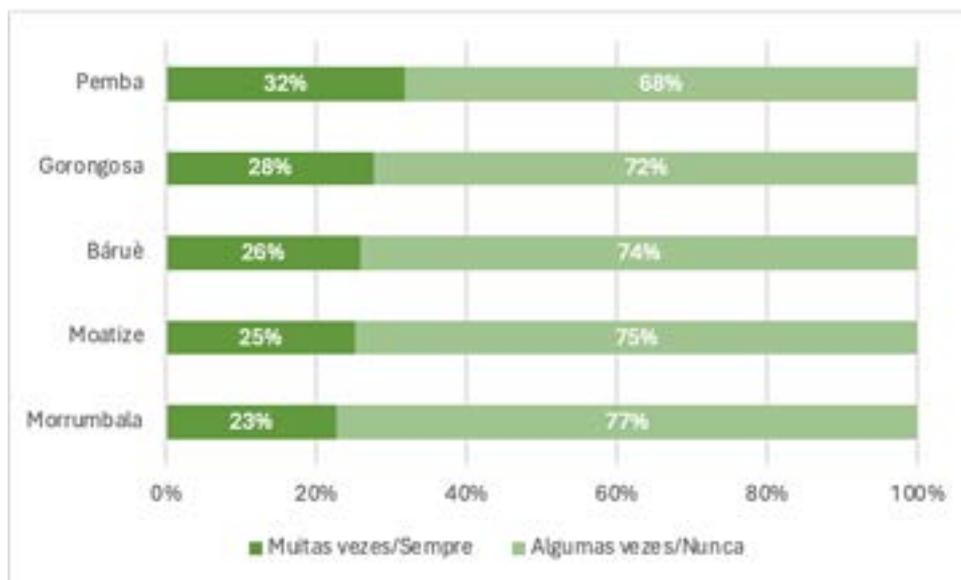


Gráfico 17b - Controle do Governo sobre a informação na internet e redes sociais

Por outro lado, entre cerca de um quarto e um terço dos cidadãos pensam que o Governo controla a informação que circula nas igrejas e mesquitas (tabela 15c e gráfico 17c). Neste caso, a diferença entre os distritos é relativamente pequena, sendo Bárue e Pemba os locais onde a ideia da existência de controle do Governo sobre a informação que circula nas organizações religiosas é mais fraca.

Tabela 15c - Controle do Governo sobre a informação nas igrejas e mesquitas

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	41,4%	35,5%	38,9%	31,9%	26,8%	34,9%
Algumas vezes	31,4%	31,7%	31,1%	29,1%	48,3%	34,3%
Muitas vezes	8,0%	12,5%	4,6%	12,2%	10,5%	9,5%
Sempre	13,8%	14,7%	22,6%	12,0%	14,3%	15,5%
NS/SR	5,5%	5,6%	2,8%	14,8%	0,2%	5,7%

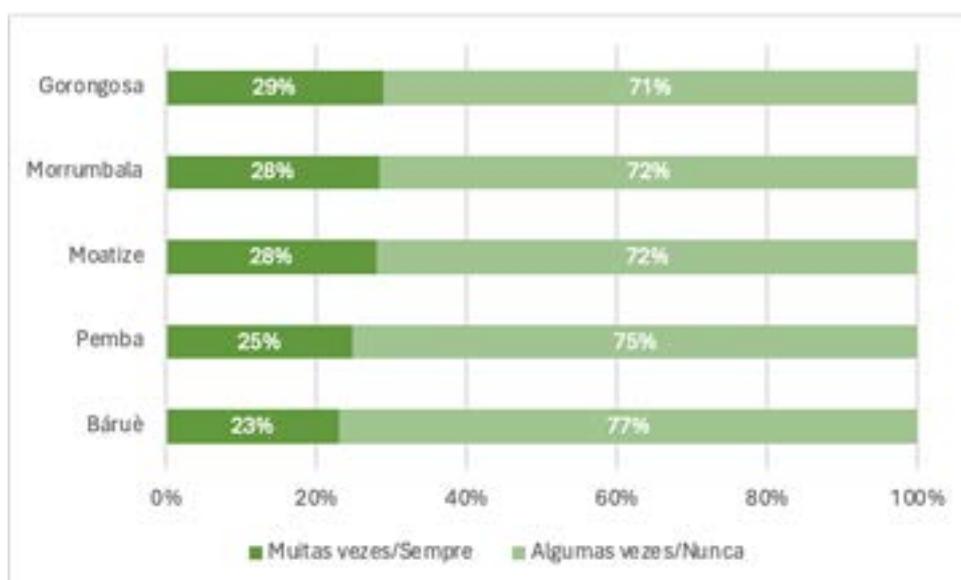


Gráfico 17c - Controle do Governo sobre a informação nas igrejas e mesquitas

Apesar de os valores sobre o controle do Governo sobre a informação na internet e redes sociais e no seio das organizações religiosas serem bastante inferiores aos que se observam em relação aos media tradicionais, é de registar que para um grupo significativo de cidadãos o controle do Governo se estende mesmo a esses domínios da informação.

A tabela 16 e gráfico 18 mostram que a maioria dos cidadãos é de opinião que o Governo nunca, ou só algumas vezes, presta a informação necessária sobre as suas actividades.

Tabela 16 - Informação do Governo sobre actividades

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	15,8%	24,8%	37,5%	29,2%	27,4%	27,0%
Algumas vezes	41,1%	40,3%	36,9%	38,6%	45,2%	40,4%
Muitas vezes	18,6%	17,0%	8,9%	16,4%	16,9%	15,6%
Sempre	23,1%	17,0%	15,5%	12,3%	10,5%	15,7%
NS/SR	1,4%	0,8%	1,1%	3,4%	0,0%	1,3%

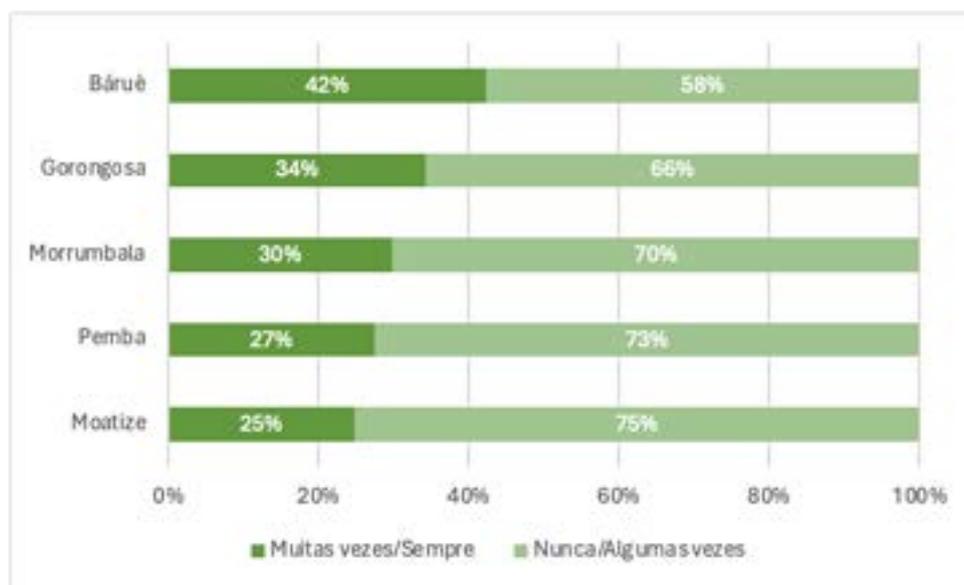


Gráfico 18 - Informação do Governo sobre actividades

A grande maioria dos cidadãos pensa que as instituições do Governo nunca, ou só algumas vezes, dão informação necessária sobre como o Governo usa o dinheiro dos impostos (tabela 17 e gráfico 19).

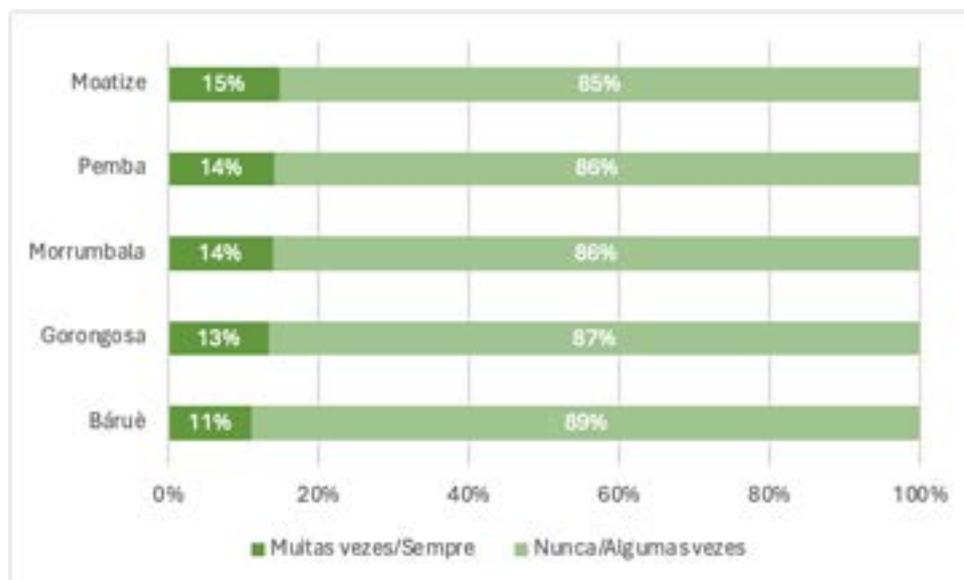


Gráfico 19 - Informação sobre o uso do dinheiro dos impostos

Também sobre os programas de assistência social a ideia dominante é que as instituições do Governo nunca, ou só algumas vezes, dão informação (tabela 18 e gráfico 20).

Tabela 18 - Informação sobre a assistência social

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	27,7%	32,3%	42,6%	33,6%	31,5%	33,6%
Algumas vezes	51,2%	46,4%	36,3%	39,7%	39,7%	42,6%
Muitas vezes	9,8%	12,2%	8,0%	14,2%	16,2%	12,1%
Sempre	8,6%	8,1%	11,7%	10,5%	12,6%	10,3%
NS/SR	2,7%	0,9%	1,4%	2,0%	0,0%	1,4%

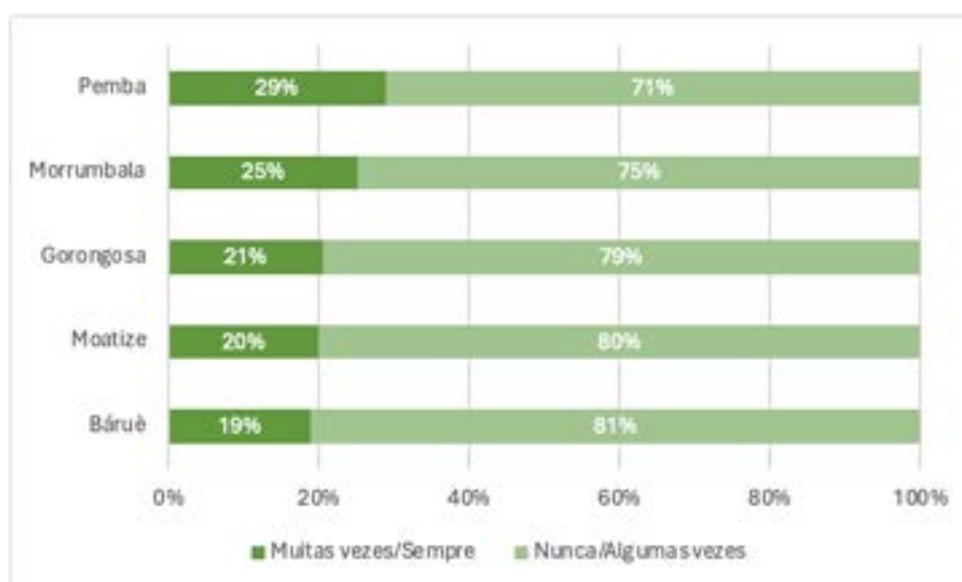


Gráfico 20 - Informação sobre a assistência social

Tal como nos casos anteriores, no que diz respeito à informação sobre oportunidades de emprego, a opinião maioritária é que o Governo nunca, ou só algumas vezes, dá a informação necessária (tabela 19 e gráfico 21). É de notar, no entanto, que em Pemba, distrito e município que pela sua natureza de capital provincial oferece mais oportunidades de emprego público e privado, é onde se observa a maior percentagem de opiniões segundo as quais o Governo muitas vezes, ou sempre, dá essa informação.

Tabela 19 - Informação sobre oportunidades de emprego

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	44,7%	45,6%	52,8%	57,0%	30,0%	46,0%
Algumas vezes	31,7%	33,8%	34,0%	22,7%	39,1%	32,3%
Muitas vezes	14,1%	10,0%	4,9%	9,8%	20,2%	11,8%
Sempre	8,9%	9,4%	8,3%	9,2%	10,8%	9,3%
NS/SR	0,6%	1,3%	0,0%	1,3%	0,0%	0,6%

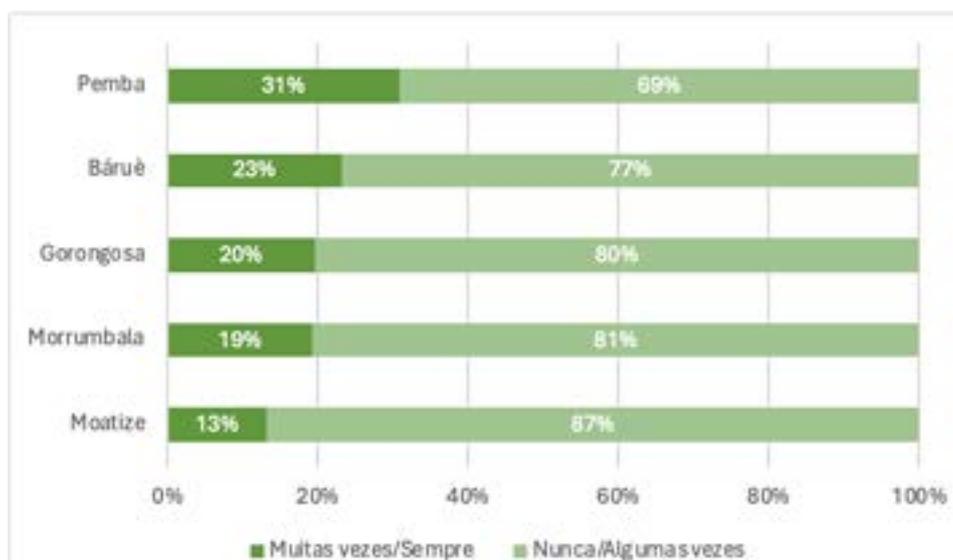


Gráfico 21- Informação sobre oportunidades de emprego

Finalmente, é também dominante em todos os distritos a opinião segundo a qual as instituições do Governo nunca, ou só algumas vezes, dão informação sobre oportunidades de financiamento (tabela 20 e gráfico 22).

Tabela 20 - Informação sobre oportunidades de financiamento

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	52,3%	51,9%	53,1%	72,2%	41,7%	54,2%
Algumas vezes	33,6%	31,6%	37,1%	17,5%	42,9%	32,6%
Muitas vezes	7,5%	8,4%	4,5%	4,5%	10,0%	7,0%
Sempre	4,2%	6,1%	4,8%	3,9%	5,4%	4,9%
NS/SR	2,3%	2,0%	0,6%	1,9%	0,0%	1,4%

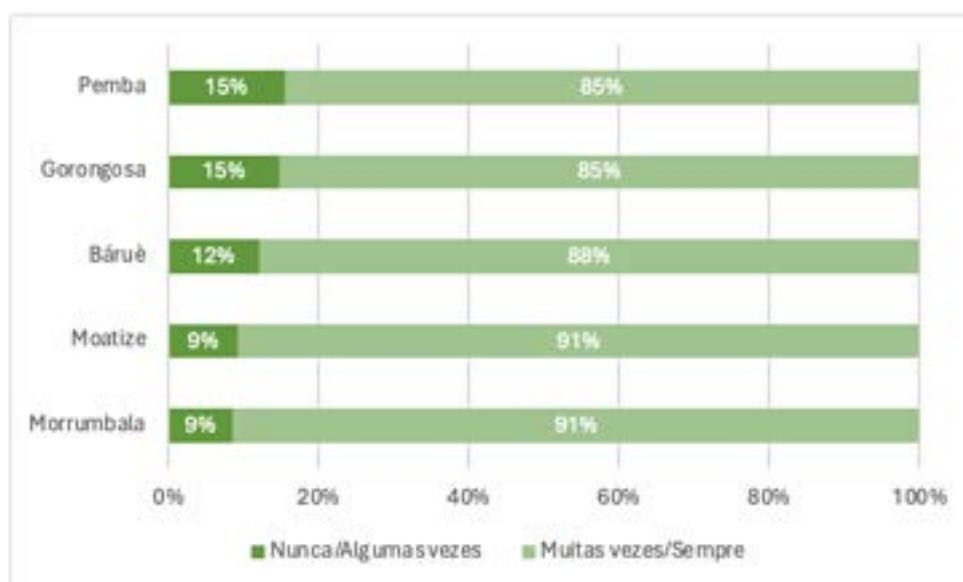


Gráfico 22 - Informação sobre oportunidades de financiamento

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão é um direito humano essencial que permite aos cidadãos expressarem as suas opiniões, ideias e preocupações sem medo de represálias, censura ou intimidação, e, como tal, é uma parte central do espaço cívico.

Os secretários de bairro são os elementos de base do aparelho administrativo estatal, ou municipal. É com os secretários de bairro, entre outras autoridades comunitárias, que os cidadãos têm mais contacto e é através deles que em grande medida se passa o seu contacto com o Estado. Ao mesmo tempo, os secretários são oriundos das próprias comunidades onde exercem as suas funções. Seria, pois, de esperar que os cidadãos tivessem uma proximidade e confiança suficiente com estas autoridades para exprimir livremente as suas opiniões. No entanto, como se pode ver na tabela 21 e gráfico 23, a situação não é exactamente essa: no geral, há 40% dos inquiridos que declaram nunca se sentirem livres para exprimir desacordo em relação a uma decisão tomada pelo secretário e não há praticamente diferença nenhuma entre os distritos neste aspecto; ao mesmo tempo, há, em média, perto de um quarto dos inquiridos que dizem sentir-se livres (“muitas vezes” e “sempre”), salientando-se o caso do distrito de Moatize, que apresenta um valor bastante superior à média (32%).

Tabela 21 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Secretário de bairro

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	40,8%	38,0%	38,8%	40,9%	39,5%	39,6%
Algumas vezes	38,1%	41,4%	28,8%	37,5%	36,2%	36,4%
Muitas vezes	12,7%	11,3%	12,6%	9,2%	15,8%	12,3%
Sempre	8,4%	8,3%	19,8%	11,1%	8,5%	11,2%
NS/SR	0,0%	1,1%	0,0%	1,3%	0,0%	0,5%



Gráfico 23 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Secretário de bairro

A particularidade de Moatize está provavelmente relacionada com a situação, já atrás referida, da existência de conflitos intensos entre cidadãos, o Estado e as grandes empresas extractivas, provocados pelos processos de reassentamento de algumas comunidades.

O padrão observado no que se refere à liberdade de exprimir desacordo em relação aos líderes tradicionais é exactamente o mesmo (tabela 22 e gráfico 24), apenas ligeiramente mais intenso. Tendo perante a população uma maior legitimidade que os secretários, os líderes tradicionais são mais respeitados e, por isso, as suas decisões tendem a ser menos contestadas. Assim, são 51% os inquiridos que declaram nunca se sentirem livres para exprimir desacordo

em relação às decisões dos líderes tradicionais e 19% apenas os que se sentem livres muitas vezes e sempre. Também neste último caso, o distrito de Moatize se diferencia com o valor correspondente a subir para 27%.

Tabela 22 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do líder tradicional

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	50,3%	56,6%	47,4%	49,7%	51,4%	51,1%
Algumas vezes	32,8%	25,9%	25,7%	31,9%	31,4%	29,5%
Muitas vezes	9,8%	9,1%	11,4%	8,4%	11,5%	10,1%
Sempre	6,6%	7,2%	15,4%	9,1%	5,7%	8,8%
NS/SR	0,5%	1,3%	0,2%	0,9%	0,0%	0,6%

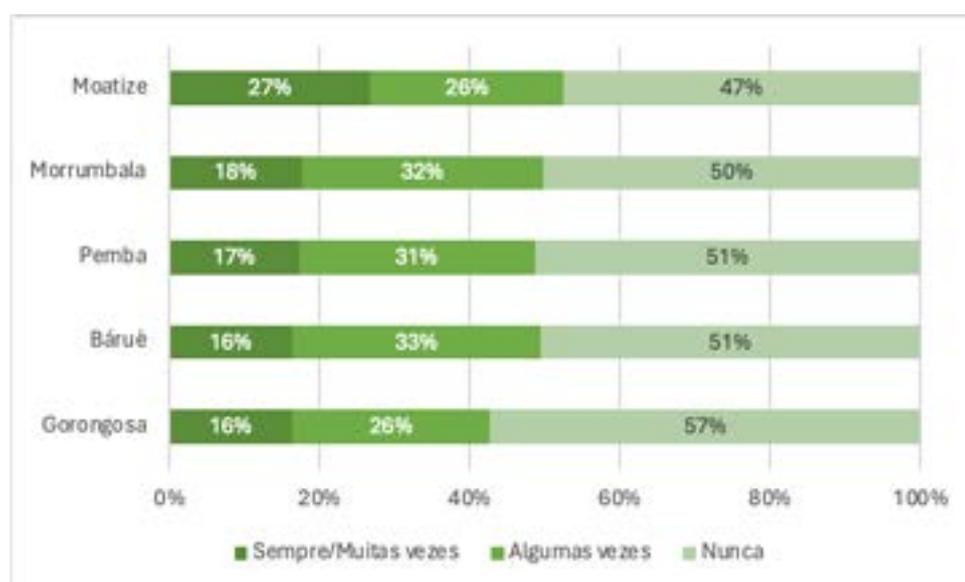


Gráfico 24 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do líder tradicional

Tratando-se de decisões tomadas pelo governo local (Administração do Distrito ou Conselho Municipal), há 67% dos inquiridos que respondem nunca se sentirem livres para as questionar e 10% que respondem muitas vezes ou sempre (tabela 23 e gráfico 25). Não se registam grandes diferenças entre os cinco distritos, apesar de se poder observar uma leve tendência para uma maior submissão por parte dos inquiridos em Morrumbala, que são 72% a responder “nunca” (para além de 5% que não responderam à questão) e para uma menor em Pemba, onde os que responderam “nunca” foram apenas 60%.

Tabela 23 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do governo local

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	68,0%	68,0%	68,0%	72,3%	60,2%	67,3%
Algumas vezes	22,2%	19,5%	19,8%	13,0%	28,2%	20,6%
Muitas vezes	4,1%	5,3%	6,3%	4,1%	9,1%	5,8%
Sempre	4,7%	3,6%	5,8%	5,3%	2,6%	4,4%
NS/SR	1,1%	3,6%	0,0%	5,3%	0,0%	2,0%

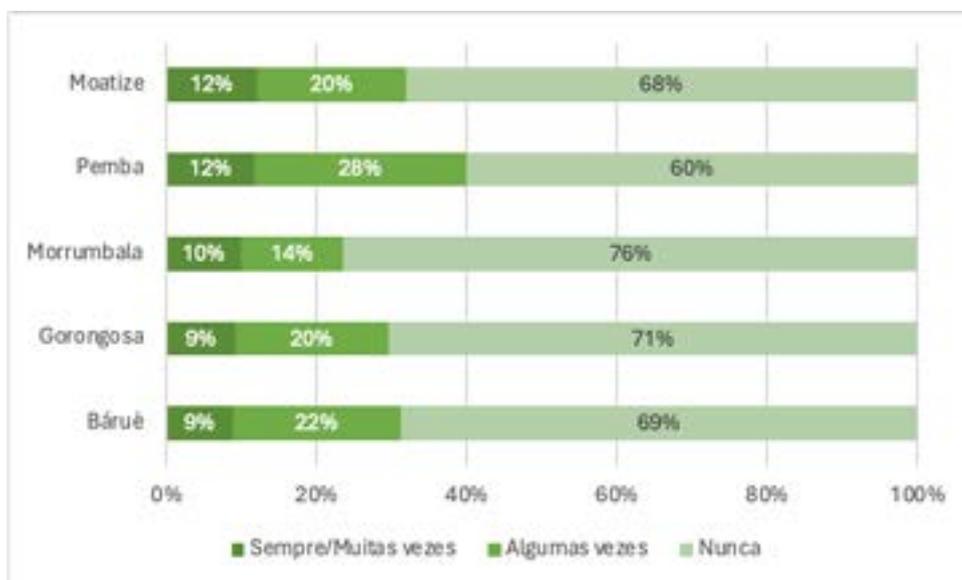


Gráfico 25 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do governo local

No que diz respeito a decisões do Governo Provincial (tabela 24 e gráfico 26), uma grande maioria dos inquiridos (75%) diz nunca se sentir livre para exprimir desacordo, sendo esse valor nitidamente inferior em Pemba (67%), onde também se observa o valor mais elevado dos que respondem sentir-se livres muitas vezes ou sempre (11%).

É de notar que, com exceção de Pemba, que é um distrito essencialmente urbano, e de Moatize, onde há uma relação bastante problemática entre uma parte da população e as autoridades estatais, nos restantes três distritos o número de inquiridos que não responde é relativamente alto (à volta de 5%).

Tabela 24 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Governo Provincial

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	76,6%	75,8%	77,2%	78,1%	67,1%	74,9%
Algumas vezes	13,0%	15,3%	14,9%	8,4%	22,2%	14,8%
Muitas vezes	2,2%	2,2%	3,2%	2,8%	7,7%	3,6%
Sempre	2,7%	2,7%	4,5%	4,1%	3,1%	3,4%
NS/SR	5,6%	4,1%	0,2%	6,6%	0,0%	3,3%

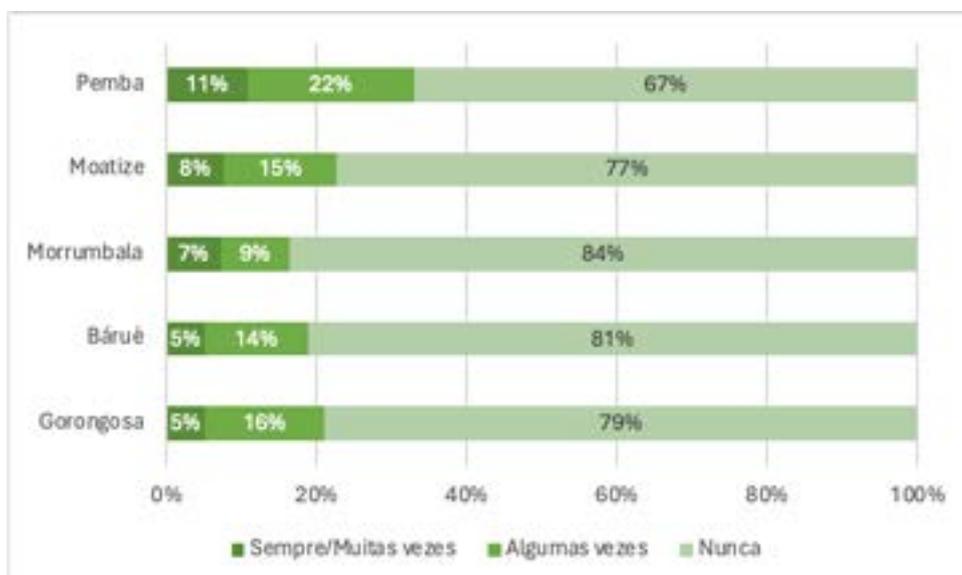


Gráfico 26 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Governo Provincial

Quando se chega ao nível do Conselho de Ministros (tabela 25 e gráfico 27), as tendências observadas atrás para as autoridades dos níveis inferiores reforçam-se, não só em relação ao número de inquiridos que não respondem, mas igualmente em relação ao nível de sentimento de liberdade para discordar das decisões tomadas pelas autoridades mais altas. Assim, no caso do Conselho de Ministros, há 82% dos inquiridos que nunca se sentem livres para discordar das decisões (Pemba apresentando um valor ligeiramente inferior, de apenas 73%) e só 4% afirmam sentir-se livres para exprimir desacordo (7% em Pemba).

Do conjunto de dados apresentados sobre este assunto pode-se concluir que não só o sentimento de liberdade para criticar decisões das autoridades públicas é, em geral, fraco, pois, com excepção do nível dos secretários de bairro, a percentagem dos inquiridos que respondem nunca se sentir livres é sempre superior a 50%, mas também que esse sentimento vai crescendo à medida que se sobe na hierarquia da governação (superando os 80% no caso do Conselho de Ministros).

Tabela 25 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Conselho de Ministros

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	82,8%	84,2%	87,1%	80,9%	72,6%	81,5%
Algumas vezes	6,3%	7,0%	9,1%	4,1%	20,6%	9,4%
Muitas vezes	0,9%	1,6%	1,2%	1,9%	4,6%	2,0%
Sempre	2,0%	1,1%	2,2%	2,5%	2,2%	2,0%
NS/SR	8,0%	6,1%	0,5%	10,6%	0,0%	5,0%

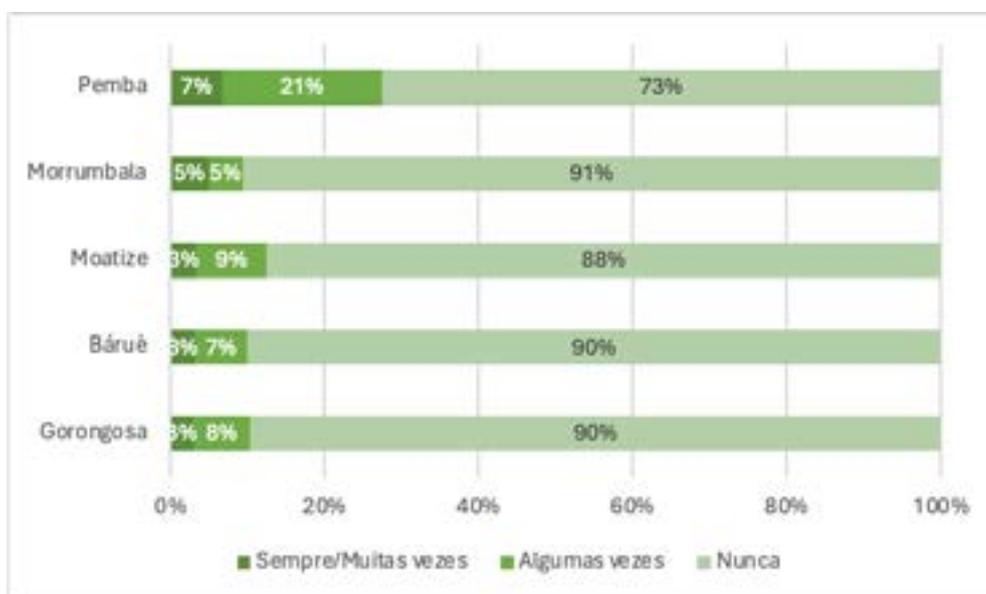


Gráfico 27 - Liberdade de expressar desacordo em relação a uma decisão do Conselho de Ministros

Não só o sentimento de liberdade para criticar decisões das autoridades é baixo, mas, em geral, o sentimento de liberdade de expressão é muito fraco. Como se pode ver na tabela 26 e gráfico 28, considerando o conjunto dos cinco distritos, apenas pouco mais de um terço (36%) dos inquiridos dizem que podem exprimir livremente as suas opiniões (sempre, ou muitas vezes) nas reuniões da comunidade.

Tabela 26 - Liberdade de expressar opiniões nas reuniões da comunidade

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	18,8%	22,8%	24,0%	22,0%	32,9%	24,1%
Algumas vezes	44,8%	41,4%	32,2%	39,2%	38,3%	39,2%
Muitas vezes	17,2%	16,7%	11,2%	11,7%	14,9%	14,3%
Sempre	18,9%	18,8%	32,5%	25,3%	13,7%	21,8%
NS/SR	0,3%	0,3%	0,2%	1,7%	0,2%	0,5%

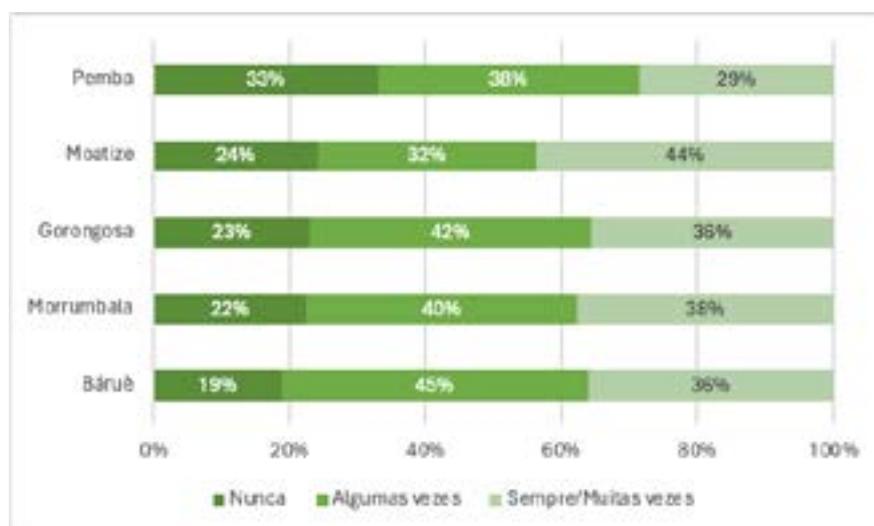


Gráfico 28 - Liberdade de expressar opiniões nas reuniões da comunidade

Há, no entanto, dois distritos que se afastam da média. Em Moatize, há 44% dos inquiridos que afirmam um sentimento de liberdade de expressão (respostas “muitas vezes” e “sempre”) e, em Pemba, são apenas 29% os que dão essas respostas.

Quando a questão se refere à livre expressão de opiniões nas reuniões com autoridades locais (tabela 27 e gráfico 29), o padrão de respostas é basicamente semelhante ao verificado anteriormente.

Tabela 27 - Liberdade de expressar opiniões nas reuniões com as autoridades locais

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	27,8%	27,5%	27,7%	26,7%	32,9%	28,5%
Algumas vezes	44,4%	37,8%	33,7%	38,9%	38,3%	38,6%
Muitas vezes	12,7%	16,3%	8,2%	11,4%	17,2%	13,1%
Sempre	14,7%	18,0%	30,5%	21,9%	11,5%	19,3%
NS/SR	0,5%	0,5%	0,0%	1,1%	0,0%	0,4%

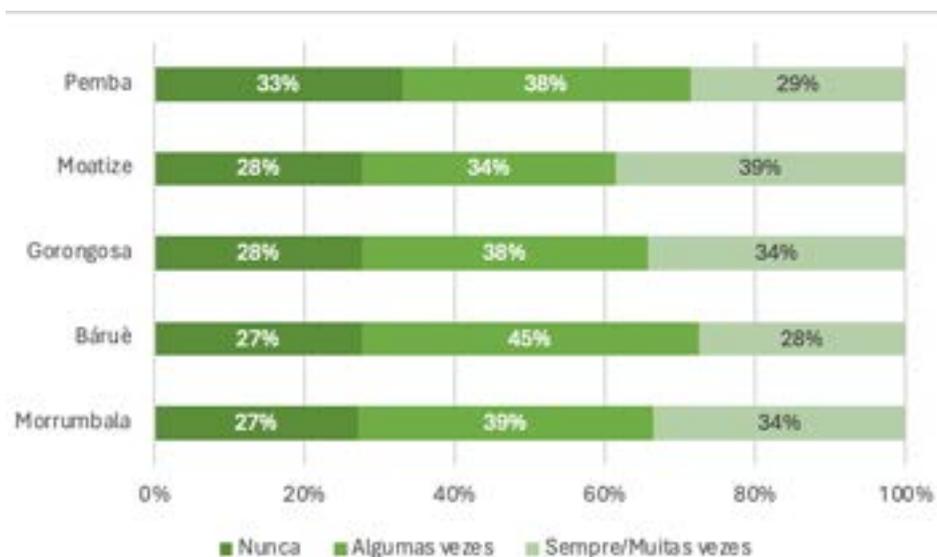


Gráfico 29 - Liberdade de expressar opiniões nas reuniões com as autoridades locais

No caso de reuniões com membros do governo (distrital, provincial ou central), o sentimento de liberdade de expressão é significativamente menor que nos casos anteriores, pois há em todos os distritos mais de metade dos inquiridos (54%) que respondem nunca poder exprimir livremente as suas opiniões e só 17% é que respondem poder fazê-lo muitas vezes, ou sempre (tabela 28 e gráfico 30).

Tabela 28 - Liberdade de expressar opiniões nas reuniões com membros do governo

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	52,5%	55,5%	56,3%	52,3%	52,5%	53,8%
Algumas vezes	33,3%	26,7%	23,4%	25,9%	28,3%	27,5%
Muitas vezes	6,3%	6,7%	5,7%	5,2%	11,8%	7,1%
Sempre	7,2%	8,1%	14,5%	10,8%	7,4%	9,6%
NS/SR	0,8%	3,0%	0,2%	5,8%	0,0%	1,9%

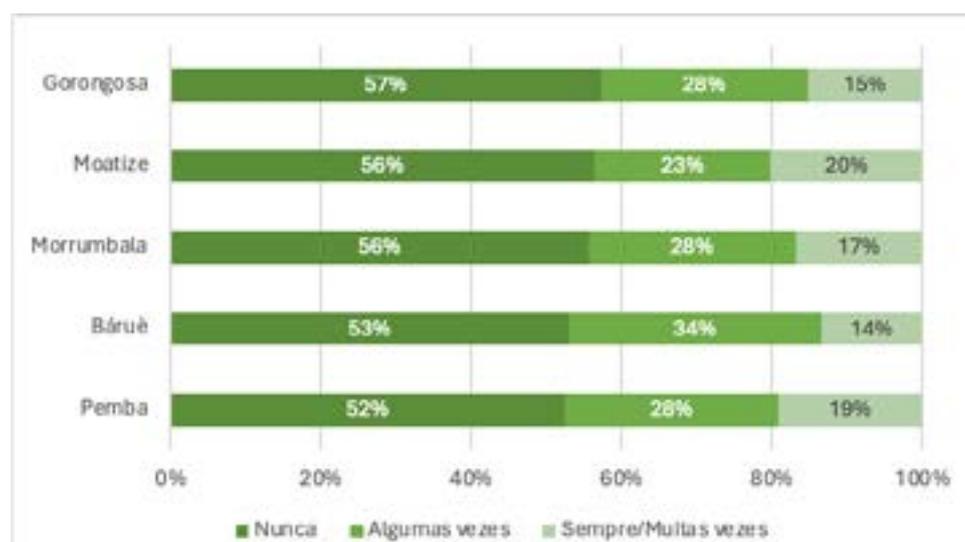


Gráfico 30 - Liberdade de expressar opiniões nas reuniões com membros do governo

A situação não é melhor no que diz respeito à avaliação da liberdade de expressão nos órgãos de informação (televisão, rádio e jornais). Metade dos inquiridos (50%) dizem nunca poder exprimir-se livremente nesses meios de informação e só 20% dizem poder fazê-lo muitas vezes, ou sempre (tabela 29 e gráfico 31). Também aqui o maior sentimento de liberdade regista-se em Moatize e Pemba (27% em ambos os casos de respostas “muitas vezes” e “sempre”).

Tabela 29 - Liberdade de expressar opiniões nos órgãos de informação

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	54,2%	51,1%	47,2%	55,5%	42,9%	50,2%
Algumas vezes	30,8%	26,3%	24,9%	19,7%	30,2%	26,4%
Muitas vezes	5,5%	5,5%	6,0%	5,6%	15,1%	7,5%
Sempre	8,3%	8,9%	21,2%	9,5%	11,8%	12,0%
NS/SR	1,3%	8,3%	0,6%	9,7%	0,0%	3,9%

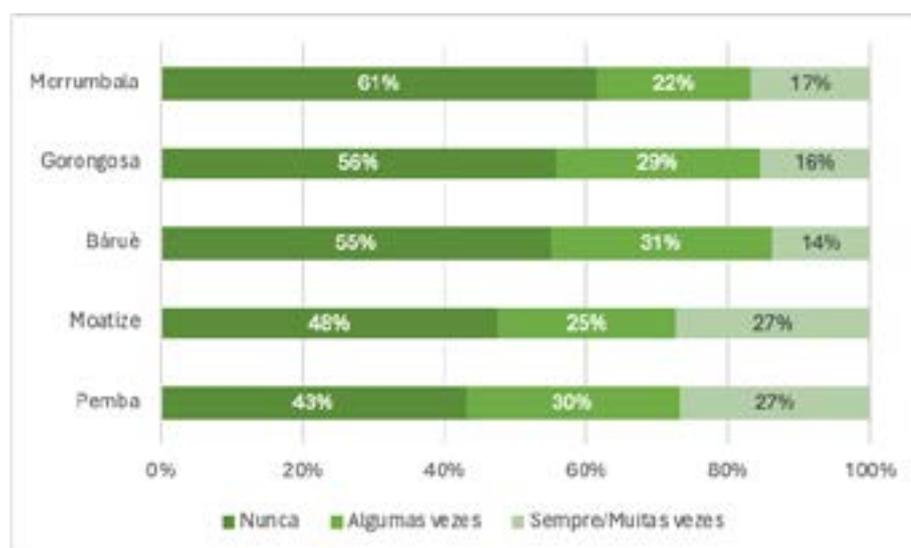


Gráfico 31 - Liberdade de expressar opiniões nos órgãos de informação

Em relação à liberdade de expressão na internet e redes sociais (tabela 30 e gráfico 32), observa-se que quase metade dos inquiridos (45%) nunca se sentem livres para exprimir as suas opiniões e apenas 22% respondem ter esse sentimento de liberdade muitas vezes, ou sempre. Neste campo, existe uma grande diferença entre Pemba e os restantes distritos. Com efeito, em Pemba a ideia de que a internet e as redes sociais são um domínio de liberdade de expressão é muito maior do que nos outros distritos, havendo apenas 26% de inquiridos que pensam que nunca existe essa liberdade e 38% que pensam que ela existe muitas vezes, ou sempre. Note-se também o número elevado de não respostas em Morrumbala e Gorongosa.

Tabela 30 - Liberdade de expressar opiniões na internet e redes sociais

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	52,8%	49,1%	51,1%	48,0%	25,8%	45,3%
Algumas vezes	23,3%	21,3%	18,8%	18,1%	36,3%	23,6%
Muitas vezes	4,5%	5,6%	7,7%	4,4%	18,6%	8,2%
Sempre	13,0%	9,8%	20,6%	7,5%	19,2%	14,1%
NS/SR	6,4%	14,2%	1,8%	22,0%	0,0%	8,9%

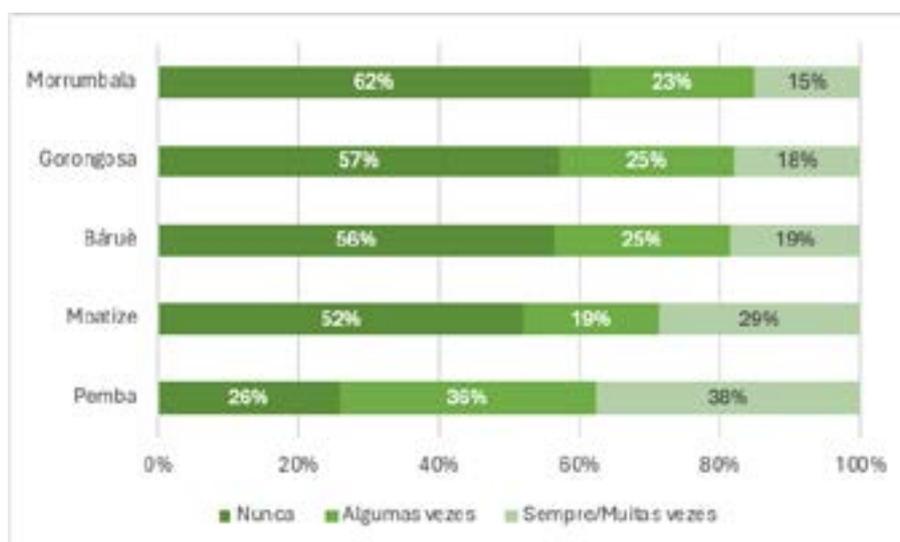


Gráfico 32 - Liberdade de expressar opiniões na internet e redes sociais

Considerando os dados anteriores, não é surpreendente que 54% dos inquiridos nunca se sintam livres para se juntar a outras pessoas e participar em marchas de protesto (tabela 31 e gráfico 33). É interessante notar que esse valor sobe para 63% em Moatize, provavelmente devido às acções de repressão policial sofridas por algumas comunidades de deslocados quando organizaram protestos. Na verdade, em todos os distritos abrangidos pela pesquisa, o medo da repressão policial afecta a liberdade dos cidadãos em participar em marchas. No caso de Bárue, por exemplo, um dos entrevistados mencionou:

(...) Marcha, protesto existe muito mais quando é assunto que favorece ao partido no poder. Existe marcha sim (...) então isso acontece, mas quando é manifestação contra o partido no poder, é fraco (...) o medo é maior (...) Esse medo [sequestros, desaparecimento de pessoas] faz com que o Governo fique à vontade.¹⁷

Situação semelhante se verifica em Pemba. No dizer de um dos entrevistados:

Se formos a ver, em termos do espaço cívico na cidade de Pemba, na província, é muito fechado, é muito complicado. Tu não consegues marchar aqui se não fores da OJM ou em coisas ligadas ao partido [Frelimo], tu não consegues te reunires ao ar livre sem vir lá a polícia para poder destabilizar o encontro (...). Normalmente, quando queremos marchar mandamos uma carta às autoridades informando sobre a marcha. Mas, ninguém dá diferimento a essas cartas e no dia previsto para a marcha, a polícia enche as ruas da cidade para nos intimidar. No passado já mandamos três cartas às autoridades informando sobre as marchas que íamos fazer. Mas, não tivemos nenhuma reacção por parte das autoridades. Primeiro, foi em 2018. Quando não obtivemos reacção das autoridades fomos mesmo assim marchar e fomos recebidos pela polícia com gás lacrimogénio... a segunda tentativa de marcha foi em 2019 e sofremos a mesma coisa: gás lacrimogénio, cães, carros blindados, etc. Nós queríamos marchar em protesto contra a violência armada que se vive aqui em Cabo Delgado. Houve detenção de alguns jovens, estávamos todos de roupa preta [na marcha]. Foram detidos alguns jovens, então nós não perdemos tempo e procurámos alguém para nos ajudar (...) ajudaram-nos e foram libertados oito jovens e depois nos aconselharam para não fazer mais marchas.¹⁸

O mesmo acontece em Morrumbala. Um dos entrevistados abordou o assunto nos seguintes termos: “Normalmente, aqui [em Morrumbala], você não pode se manifestar... não pode marchar porque você pode ser preso.”¹⁹

¹⁷ Entrevista com apresentador de TV, Catandica, 03 de Dezembro de 2023.

¹⁸ Entrevista com membros de uma associação de base comunitária, Pemba, 10 de Novembro de 2023.

¹⁹ Entrevista com um vendedor informal, Morrumbala, 11 de Fevereiro de 2024.

Tabela 31 - Liberdade para marchar e protestar

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	53,0%	53,9%	62,6%	58,0%	41,4%	53,8%
Algumas vezes	24,5%	25,8%	16,2%	19,2%	28,6%	22,9%
Muitas vezes	11,3%	10,8%	4,6%	5,8%	12,8%	9,0%
Sempre	10,6%	9,1%	16,5%	15,2%	17,2%	13,7%
NS/SR	0,6%	0,5%	0,2%	1,9%	0,0%	0,6%

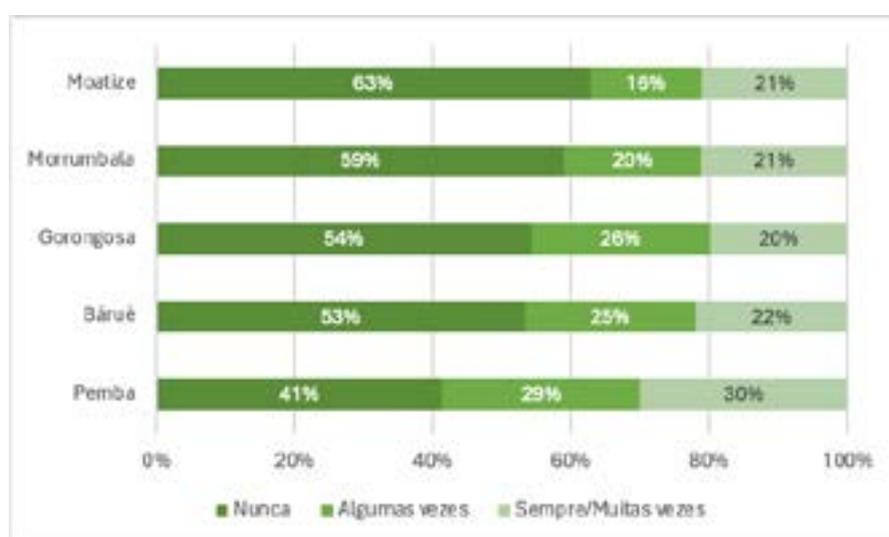


Gráfico 33 - Liberdade para marchar e protestar

O sentimento de que é importante protestar quando algo precisa ser mudado na sociedade é partilhado por um pouco mais de metade dos inquiridos, que concordam muito com essa ideia (tabela 32 e gráfico 34). Neste aspecto, o valor mais alto regista-se em Báruè (60%) e o mais baixo em Morrumbala (45%).

Tabela 32 - Importância do protesto para a mudança

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Concordo muito	59,7%	51,9%	52,0%	44,5%	51,2%	51,9%
Concordo um pouco	30,9%	36,3%	18,9%	33,0%	20,5%	27,9%
Discordo um pouco	5,2%	7,0%	11,5%	7,2%	11,8%	8,6%
Discordo fortemente	3,8%	4,2%	17,1%	9,8%	16,5%	10,3%
NS/SR	0,5%	0,6%	0,5%	5,5%	0,0%	1,4%

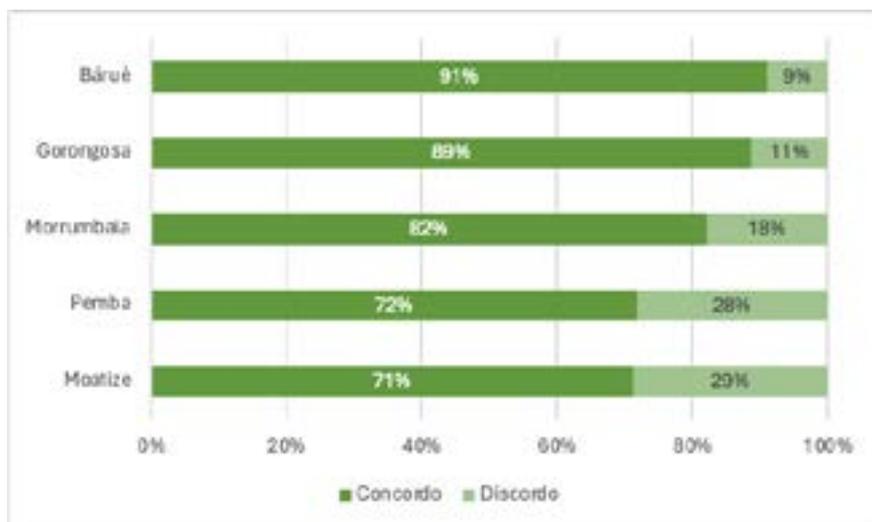


Gráfico 34 - Importância do protesto para a mudança

Participação política

A participação no voto é uma das formas mais básicas e cruciais da participação política e, portanto, de engajamento cívico numa democracia representativa. A existência sistemática de uma abstenção elevada não só resulta num enfraquecimento do espaço cívico, mas também numa representação política que não reflecte de forma adequada o conjunto da sociedade, o que se traduz em duas dimensões complementares: de um lado, falta de responsabilização das autoridades políticas e, de outro, perda de confiança nas instituições democráticas por parte dos cidadãos.

A percentagem de inquiridos que declararam ter votado nas eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 2019 é muito elevada: 87% no conjunto dos cinco distritos. Na tabela 33 e no gráfico 35 pode-se ver que existe uma grande diferença entre as respostas dos inquiridos e a realidade do voto em cada distrito²⁰. De facto, a média de participação eleitoral dos cinco distritos é apenas de 51%, o que significa, tomando em consideração que nem todos os potenciais eleitores se inscreveram nas listas eleitorais, que menos de metade dos cidadãos exerceu o seu direito de voto. Ora, um nível de abstenção tão elevado revela um forte défice democrático.²¹

Tabela 33 - Voto declarado e voto real (2019)

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Voto declarado	92,4%	88,5%	85,4%	85,7%	84,2%	87,3%
Voto real ²²	68,9%	46,9%	45,1%	43,3%	50,9%	51,0%

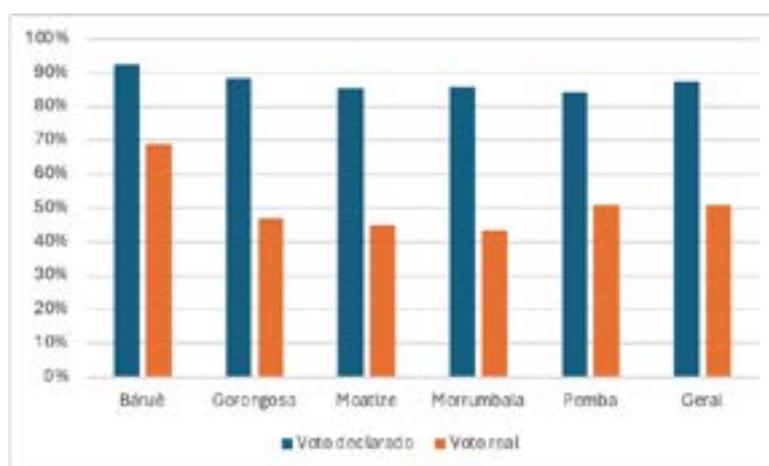


Gráfico 35 - Voto declarado e voto real (2019)

Como se pode ver na tabela 34 e gráfico 36, a fraca participação eleitoral não se pode atribuir à falta de informação, pois só 8% dos inquiridos nunca receberam informação sobre as eleições (com um máximo de 10% em Gorongosa e um mínimo de 4% em Báruè). A grande maioria dos inquiridos (70%) receberam essa informação muitas vezes, ou sempre.

Tabela 34 - Informação sobre eleições

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	3,8%	10,5%	8,3%	6,3%	9,2%	7,6%
Algumas vezes	14,7%	23,0%	22,3%	23,6%	27,1%	22,1%
Muitas vezes	38,0%	33,8%	13,4%	28,1%	23,7%	27,3%
Sempre	43,6%	32,7%	56,0%	41,9%	40,0%	42,9%
NS/SR	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%

²⁰ Os dados da participação eleitoral por distrito nas eleições presidenciais são apresentados no anexo A deste relatório (tabela A).

²¹ A própria tendência para dar respostas “politicamente correctas” é um forte indicador da fraqueza do espaço cívico e da falta de liberdade de expressão dos cidadãos. O anexo B apresenta uma série de gráficos relativos à votação nos candidatos presidenciais da Frelimo que ilustram a fraqueza da representação política.

²² Dados oficiais da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE).

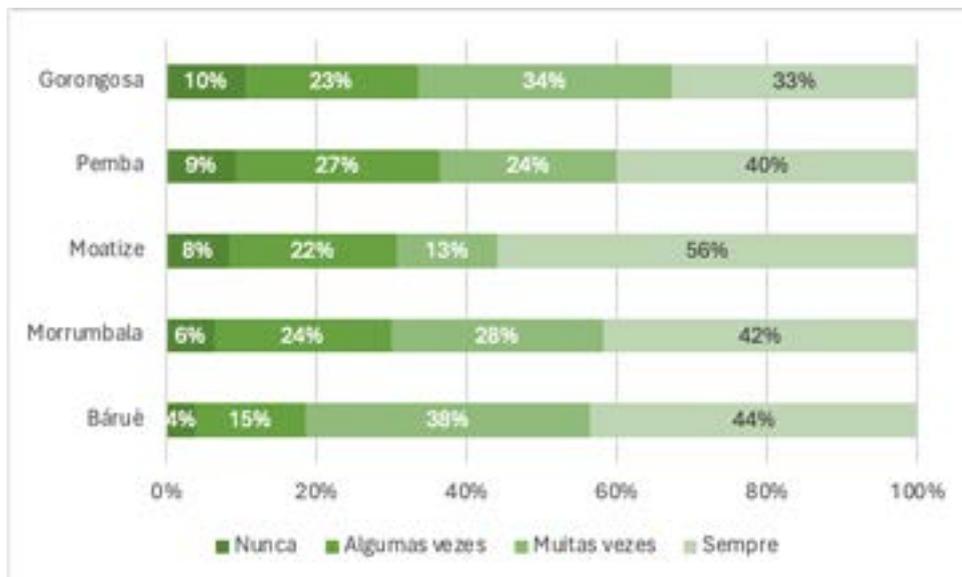


Gráfico 36 - Informação sobre eleições

O problema também não pode ser atribuído a dificuldades de acesso aos postos de recenseamento e votação durante os períodos eleitorais, pois só 7% dos inquiridos dizem nunca ter acesso a esses postos e 74% dizem que têm acesso muitas vezes, ou sempre (tabela 35 e gráfico 37).

Tabela 35 - Acesso aos postos de recenseamento e votação

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	3,4%	7,2%	8,2%	6,1%	10,8%	7,1%
Algumas vezes	11,3%	18,8%	17,4%	21,9%	23,2%	18,5%
Muitas vezes	35,5%	32,0%	7,2%	22,0%	22,6%	23,8%
Sempre	49,7%	42,0%	67,1%	49,2%	43,4%	50,3%
NS/SR	0,2%	0,0%	0,2%	0,8%	0,0%	0,2%

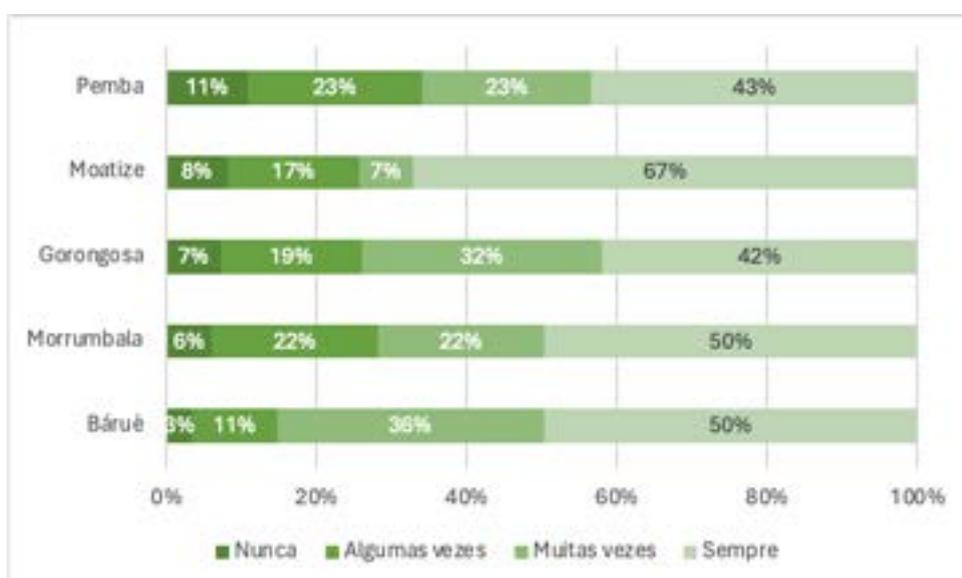


Gráfico 37 - Acesso aos postos de recenseamento e votação

Aparentemente, também não se trata de um problema de intimidação pelo Governo, ou por um partido, na medida em que 71% dos inquiridos diz que isso nunca costuma acontecer (tabela 36 e gráfico 38). No entanto, é de salientar a situação particular de Pemba, onde esse valor é de apenas 53% e os que dizem sentir-se muitas vezes, ou sempre, intimidados (20%) são mais numerosos que nos restantes distritos.

Tabela 36 - Intimidação durante os períodos eleitorais

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	86,4%	78,1%	67,4%	72,2%	52,9%	71,3%
Algumas vezes	8,6%	11,7%	19,5%	15,5%	27,1%	16,5%
Muitas vezes	3,1%	4,5%	6,3%	5,2%	13,5%	6,6%
Sempre	1,9%	5,0%	6,8%	5,6%	6,5%	5,2%
NS/SR	0,0%	0,6%	0,0%	1,6%	0,0%	0,4%

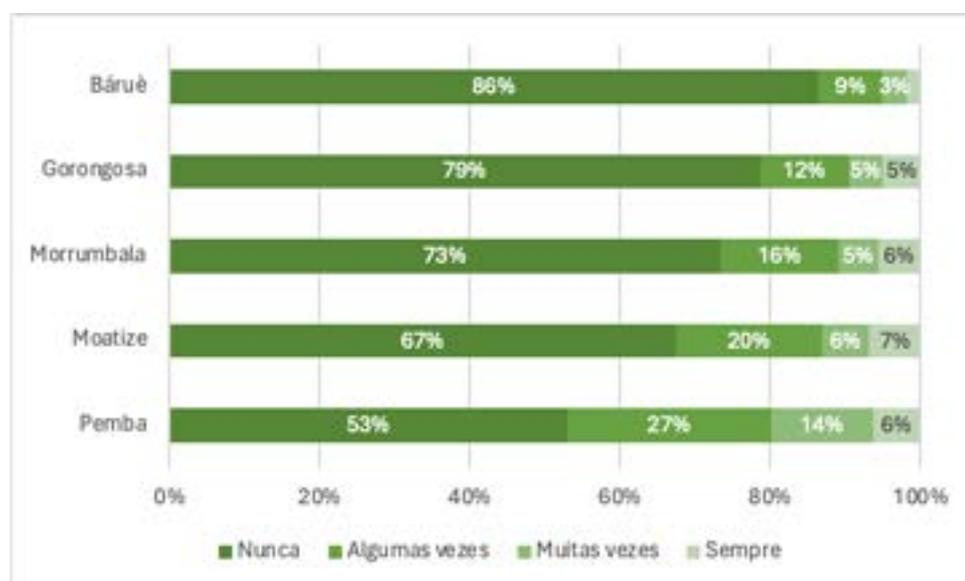


Gráfico 38 - Intimidação durante os períodos eleitorais

De uma forma mais concreta a particularidade de Pemba é ilustrada pelos dados da tabela 37 e gráfico 39. Assim, embora no conjunto dos distritos haja 57% dos inquiridos que acham que os líderes tradicionais e secretários dos bairros nunca costumam forçar as pessoas das suas comunidades a votar num determinado partido político, esse número é nitidamente inferior em Pemba (36%), enquanto, neste distrito, são 38% os que acham que isso acontece muitas vezes, ou sempre, em relação a uma média dos cinco distritos de apenas 24%.

Tabela 37 - Voto forçado num partido

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	64,1%	64,2%	61,1%	61,1%	36,0%	57,2%
Algumas vezes	15,6%	15,6%	14,8%	19,4%	25,8%	18,3%
Muitas vezes	9,4%	8,4%	7,5%	7,0%	20,9%	10,7%
Sempre	9,5%	10,5%	15,2%	11,9%	17,1%	12,9%
NS/SR	1,4%	1,3%	1,4%	0,6%	0,2%	1,0%

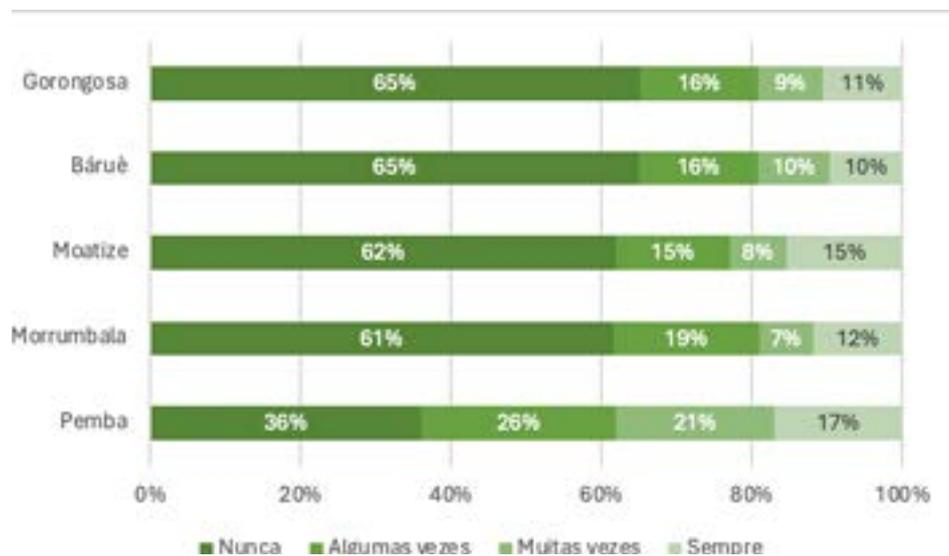


Gráfico 39 - Voto forçado num partido

De uma forma geral, há mais de um terço dos inquiridos (38%) que pensam que é difícil, ou muito difícil, as pessoas votarem sem se sentirem pressionadas. Esta ideia é bastante superior à média em Pemba (50%), Morrumbala (43%) e Moatize (38%) (tabela 38 e gráfico 40).

Tabela 38 - Votar sem pressão

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Muito fácil	6,7%	9,2%	22,0%	10,9%	16,8%	13,2%
Fácil	65,3%	59,1%	39,8%	43,8%	32,9%	48,1%
Difícil	18,4%	19,7%	24,5%	33,4%	34,8%	26,2%
Muito difícil	9,5%	11,4%	13,5%	9,4%	15,5%	11,9%
NS/SR	0,0%	0,6%	0,2%	2,5%	0,0%	0,7%

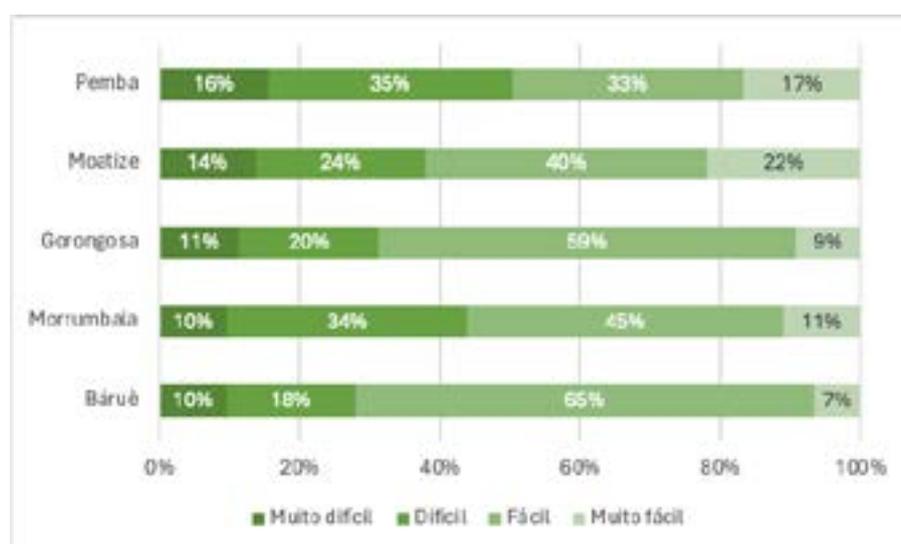


Gráfico 40 - Votar sem pressão

A falta de confiança dos cidadãos nos processos eleitorais que têm lugar em Moçambique é notória (tabela 39 e gráfico 41). Apenas no distrito de Bárue há um relativo equilíbrio entre os 49% dos inquiridos que dizem confiar muito, ou bastante, e os 48% que dizem confiar pouco, ou nada. Em todos os outros distritos, existe uma clara maioria dos inquiridos que confia pouco, ou nada, com destaque para Moatize (68%), Pemba (67%) e Morrumbala (60%). Em Pemba, a situação é a mais marcante, pois há quase um terço (31%) dos inquiridos que têm uma posição radical e dizem não confiar nada nos processos eleitorais do país.

Tabela 39 - Confiança nos processos eleitorais

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Muito	37,3%	29,2%	17,8%	28,4%	16,9%	25,9%
Bastante	11,4%	11,1%	13,4%	6,7%	16,5%	11,8%
Pouco	31,9%	36,7%	42,5%	39,1%	35,2%	37,1%
Nada	16,7%	20,9%	26,0%	21,1%	31,4%	23,3%
NS/SR	2,7%	2,0%	0,3%	4,7%	0,0%	1,9%

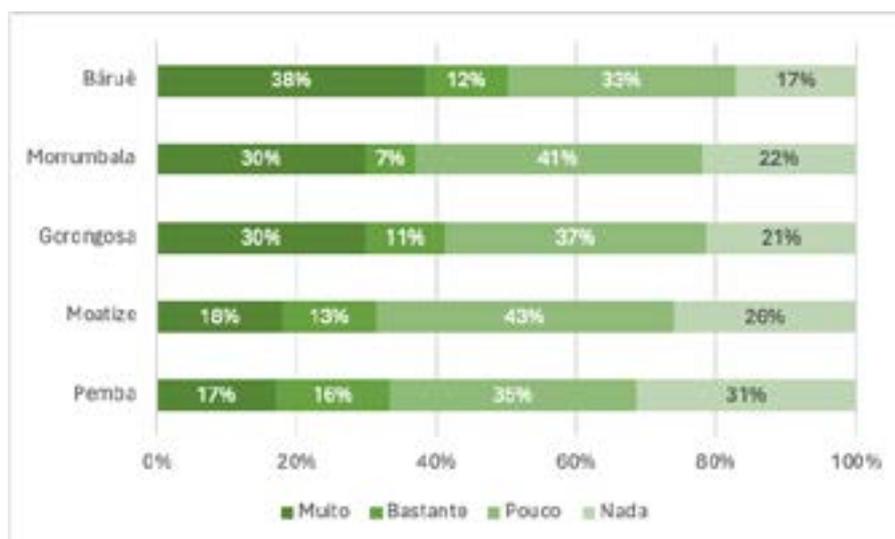


Gráfico 41 - Confiança nos processos eleitorais

A falta de confiança nas eleições é um indicador muito forte sobre a qualidade do espaço cívico. E, se o grau de confiança dos cidadãos em relação aos processos eleitorais é, em geral, muito baixo, ele é ainda menor em relação aos órgãos de gestão eleitoral, como se pode ver na tabela 40 e gráfico 42. Com efeito, há só à volta de um terço (34%) dos inquiridos que confiam (muito, ou bastante) na Comissão Nacional de Eleições (CNE) e no Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE). Os que confiam pouco, ou nada, distribuem-se da seguinte forma: 58% em Báruè, 66% em Gorongosa, 68% em Moatize, 60% em Morrumbala e 69% em Pemba.

É de salientar que em Pemba só o número dos que dizem não confiar nada na CNE e no STAE atinge os 40%, ou seja, quase metade dos cidadãos exprimem uma forte desconfiança em relação aos órgãos de gestão eleitoral.

Tabela 40 - Confiança na CNE/STAE

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Muito	30,9%	23,4%	17,1%	28,6%	18,6%	23,7%
Bastante	9,5%	8,6%	14,8%	5,3%	12,5%	10,2%
Pouco	29,8%	39,8%	37,7%	34,5%	28,8%	34,1%
Nada	28,0%	25,8%	29,8%	25,6%	40,0%	29,9%
NS/SR	1,7%	2,3%	0,6%	5,9%	0,2%	2,1%

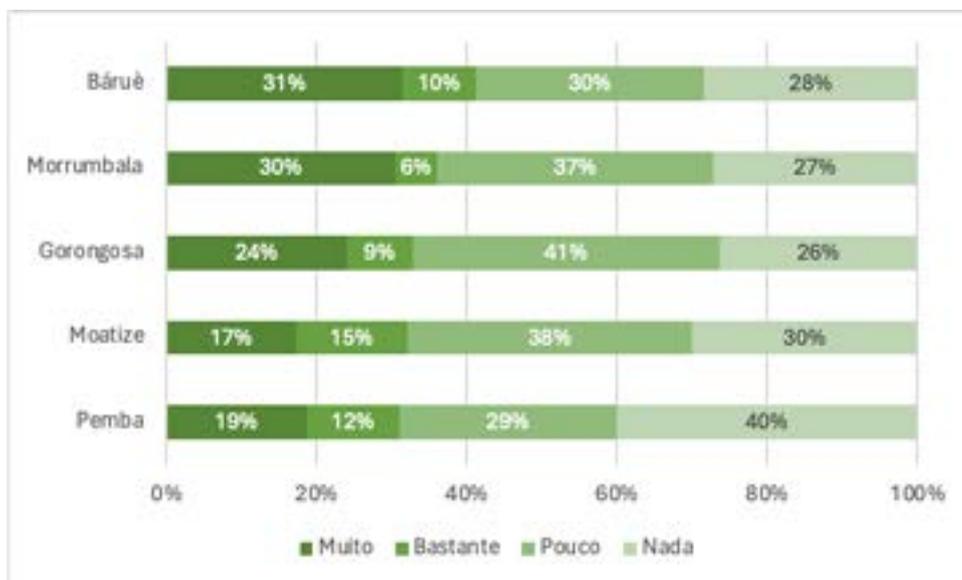


Gráfico 42 - Confiança na CNE/STAE

A falta de confiança dos cidadãos nos órgãos de gestão eleitoral é particularmente notória no seio da população urbana: a percentagem dos que não confiam nada na CNE/STAE é de 48% entre os inquiridos urbanos, de 34% entre os periurbanos e de apenas 27% entre os rurais. A maneira como decorreram as últimas eleições autárquicas (Outubro de 2023), marcadas por inúmeros ilícitos, configurando uma fraude eleitoral²³, parece ter estruturado significativamente a percepção dos inquiridos relativamente à confiança nos órgãos de gestão eleitoral. É importante referir que todos os cinco distritos possuem uma área territorial autárquica.

A falta de confiança está igualmente relacionada com a idade, pois quanto mais jovens são os inquiridos, menos confiança têm nos órgãos eleitorais: 40% da classe de idade 18-19 anos e 32% da classe de idade 20-29 anos não confiam nada, enquanto o valor correspondente para os maiores de 50 anos é de apenas 23%.

Em termos de ocupação, também se verifica uma certa diferença: os estudantes e os trabalhadores assalariados e informais (essencialmente urbanos) confiam muito menos na CNE/STAE (respectivamente 40%, 34% e 34% não confiam nada) que os camponeses, agricultores e pescadores (essencialmente rurais) que são apenas 25% a dizer que não confiam nada. Finalmente, é de notar que o nível de educação também se reflecte na falta de confiança nos órgãos de gestão eleitoral: enquanto 28% dos que não têm educação formal e 25% dos que frequentaram, ou concluíram, o nível primário, não confiam nada, esse valor sobe para 47% quando se trata de inquiridos que frequentaram, ou concluíram, um nível superior de ensino.

A falta de confiança nos órgãos de gestão eleitoral contribui para o enfraquecimento da legitimidade dos processos eleitorais e das instituições saídas das eleições, facto que afecta o processo de desenvolvimento democrático.

Os inquiridos dão conta da existência de alguma violência eleitoral (tabela 41 e gráfico 43), mas só 9% dizem que acontece muitas vezes, ou sempre, e não há grandes diferenças entre os distritos, a não ser em Bárue, onde parece haver menos problemas deste tipo (6%).

Tabela 41 - Violência eleitoral

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Nunca	80,2%	73,0%	71,1%	73,4%	68,9%	73,3%
Algumas vezes	13,4%	17,3%	17,4%	15,5%	20,8%	16,9%
Muitas vezes	3,6%	6,1%	4,9%	6,3%	4,9%	5,2%
Sempre	2,3%	3,3%	6,3%	4,2%	5,4%	4,3%
NS/SR	0,5%	0,3%	0,3%	0,6%	0,0%	0,3%

²³ Para detalhes sobre os ilícitos eleitorais nas eleições autárquicas de 2023, ver Mais Integridade (2023).

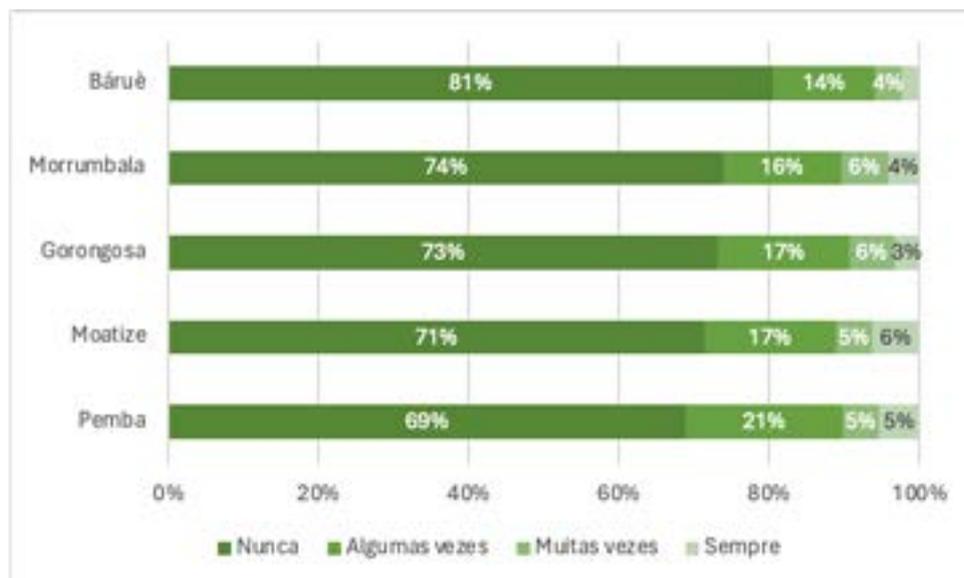


Gráfico 43 - Violência eleitoral

Como se pode ver na tabela 42, na opinião dos inquiridos que responderam que havia violência eleitoral, os principais protagonistas, quando ela acontece, são os partidos políticos (52%), logo seguidos pelos simples cidadãos (46%). A polícia aparece em terceiro lugar (28%), mas os dados mostram que a sua acção é especialmente destacada em Pemba (58%) e em Moatize (37%). Ao mesmo tempo, os governos locais (Administração do Distrito, ou Conselho Municipal), os militares e os líderes locais são apontados como estando na origem de problemas de violência eleitoral apenas por uma parte insignificante dos inquiridos.

Tabela 42 - Autores de violência eleitoral

	Bárue	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Partidos políticos	56,5%	38,0%	60,2%	61,4%	44,1%	51,6%
Cidadãos simples	53,2%	56,7%	48,4%	41,0%	33,2%	45,7%
Polícia	11,3%	5,8%	36,6%	15,7%	57,9%	27,7%
Secretários de bairro	2,4%	1,8%	15,1%	11,4%	8,9%	8,4%
Governo do distrito/município	2,4%	11,7%	5,4%	4,8%	2,0%	5,3%
Militares	1,6%	2,3%	8,1%	0,6%	8,9%	4,7%
Líderes tradicionais	1,6%	1,8%	9,1%	7,2%	2,5%	4,6%
Líderes religiosos	0,0%	0,6%	2,7%	0,6%	2,0%	1,3%

Adesão à democracia

A adesão à democracia é um tema de significativa importância no contexto político moçambicano. Ao longo das secções anteriores foi possível identificar uma série de limitações ao desenvolvimento do espaço cívico e, por conseguinte, do próprio sistema democrático em Moçambique. Nesta secção, depois de uma série de dados contextuais sobre a liberdade de expressão e a facilidade de adesão a um partido de oposição, apresentam-se os resultados produzidos pelo inquérito relativos à opinião dos inquiridos sobre os partidos e o seu papel, sobre a forma de governo preferida e sobre a avaliação do grau de democracia existente no país.

Quando questionados sobre quão fácil é as pessoas dizerem o que pensam (tabela 43 e gráfico 44), a grande maioria dos inquiridos são de opinião que é difícil, ou muito difícil (70%). Note-se que esse valor é especialmente alto em Pemba (80%).²⁴

Tabela 43 - Liberdade de expressão

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Muito fácil	2,3%	4,2%	9,2%	5,6%	8,0%	5,9%
Fácil	23,9%	26,9%	23,8%	30,0%	12,3%	23,4%
Difícil	40,5%	42,8%	30,3%	45,5%	40,6%	39,9%
Muito difícil	32,7%	24,8%	36,2%	16,7%	38,9%	29,9%
NS/SR	0,6%	1,3%	0,5%	2,2%	0,2%	0,9%

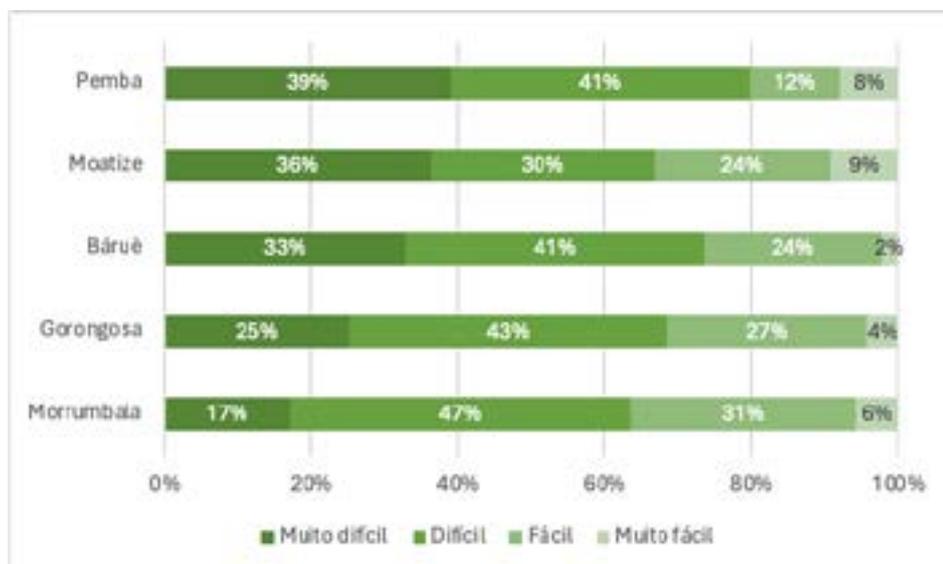


Gráfico 44 - Liberdade de expressão

Neste contexto, é compreensível que à volta de dois terços dos inquiridos (63%) digam que é difícil, ou muito difícil, aderir a um partido político de oposição (tabela 44 e gráfico 45). A única particularidade que se observa neste aspecto é o facto de em Pemba haver 16% dos inquiridos que afirmam ser muito fácil aderir a um partido de oposição, quando a média correspondente dos cinco distritos é de apenas 8%.

²⁴ Estes resultados explicam em grande medida a tendência para os inquiridos darem respostas “politicamente correctas”, nomeadamente porque frequentemente pensam que os inquiridores são agentes do governo e, implicitamente, do partido no poder desde a independência do país.

Tabela 44 - Facilidade de adesão a um partido de oposição

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Muito fácil	3,4%	5,3%	9,2%	7,7%	16,5%	8,4%
Fácil	25,8%	27,3%	29,1%	33,9%	17,5%	26,7%
Difícil	47,8%	46,9%	27,2%	42,5%	37,7%	40,4%
Muito difícil	21,9%	18,6%	33,7%	11,9%	28,3%	22,9%
NS/SR	1,1%	1,9%	0,8%	4,1%	0,0%	1,6%

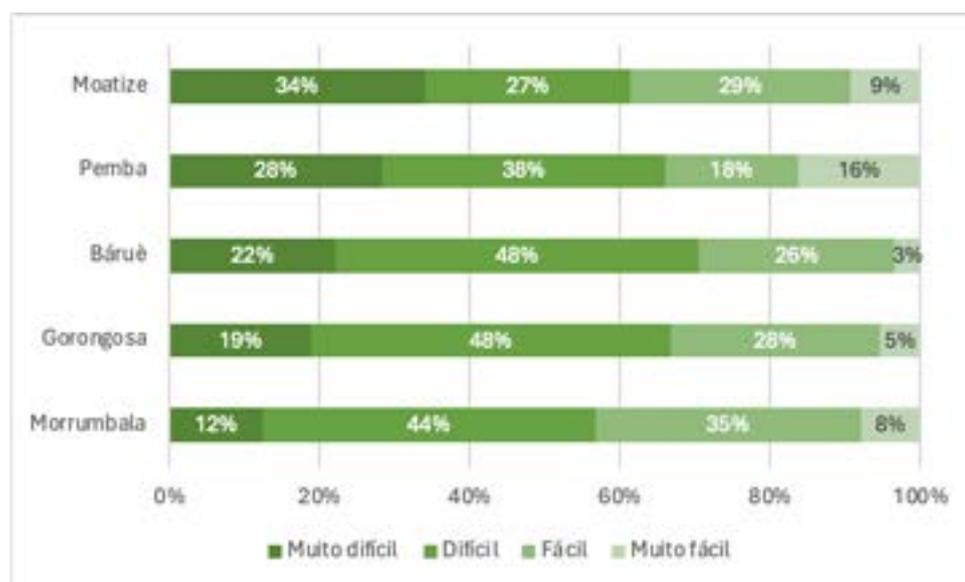


Gráfico 45 - Facilidade de adesão a um partido de oposição

Não obstante, a grande maioria dos inquiridos (79%) pensam que os partidos são necessários para que os Moçambicanos possam fazer a sua escolha (tabela 45). Porém, é de destacar que em Moatize se regista o valor mais alto (27%) dos que pensam que os partidos são fonte de divisão e confusão e seriam dispensáveis.

Tabela 45 - Necessidade dos partidos

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Os partidos políticos criam divisão e confusão; portanto, não é necessário ter muitos partidos políticos em Moçambique	14,4%	16,6%	26,8%	17,8%	22,2%	19,6%
Os partidos são necessários para os Moçambicanos poderem escolher e votar aquele que preferem	85,2%	81,3%	73,2%	77,7%	77,8%	79,0%
NS/SR	0,5%	2,2%	0,0%	4,5%	0,0%	1,4%

Em paralelo, verifica-se que apenas pouco mais de metade dos inquiridos (54%) consideram que a democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo (tabela 46). Porém, há diferenças notórias entre os distritos, constatando-se que esta opinião é especialmente forte em Báruè (66%), mas particularmente baixa em Pemba (34%).²⁵ Este mesmo contraste observa-se em relação à opinião de que o tipo de governo é indiferente (Para as pessoas como eu, não importa qual tipo de governo temos), pois esta afirmação é apoiada apenas por 15% dos inquiridos em Báruè, contra quase metade dos inquiridos (43%) em Pemba.

²⁵ É interessante notar que 11% dos inquiridos em Morrumbala preferiram não se pronunciar sobre esta questão, o que denota um certo desconforto e dificuldade de exprimir livremente os seus pontos de vista.

Tabela 46 - Preferência pela democracia

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo	66,1%	55,5%	54,6%	59,2%	34,2%	53,9%
Em algumas circunstâncias, um governo não democrático pode ser preferível	18,3%	19,7%	21,2%	8,3%	22,8%	18,1%
Para as pessoas como eu, não importa qual tipo de governo temos	15,3%	21,3%	23,7%	21,6%	42,8%	25,0%
NS/SR	0,3%	3,6%	0,5%	10,9%	0,3%	3,1%

Em consonância com estas opiniões, a percentagem de inquiridos que considera que em Moçambique existe uma democracia plena, ou com alguns pequenos problemas, é de 46% (tabela 47), apresentando o distrito de Pemba um valor substancialmente mais baixo (25%). Ao mesmo tempo, em Pemba, são 35% os inquiridos que consideram que se trata de uma democracia com grandes problemas e, sobretudo, são 40% os que pensam que não há democracia em Moçambique (contra uma média de 14% para os restantes quatro distritos).

Tabela 47 - Qualidade da democracia em Moçambique

	Báruè	Gorongosa	Moatize	Morrumbala	Pemba	Geral
Uma democracia plena	25,2%	19,4%	16,3%	14,5%	5,4%	16,1%
Uma democracia com alguns pequenos problemas	30,3%	34,5%	26,6%	40,0%	20,0%	30,2%
Uma democracia com grandes problemas	30,2%	33,6%	39,8%	25,9%	35,1%	33,0%
Não há democracia em Moçambique	13,9%	11,1%	17,1%	15,5%	39,5%	19,5%
NS/SR	0,5%	1,4%	0,2%	4,1%	0,0%	1,2%

Algumas notas finais

O presente relatório mostra que o engajamento cívico dos cidadãos é relativamente fraco. Por um lado, apesar de um certo nível de participação dos inquiridos em reuniões, a sua capacidade de influenciar as decisões é muito fraca. Por outro lado, o único tipo de organizações a que os cidadãos aderem em grande número são as organizações religiosas e, mesmo neste caso, trata-se mais de uma identificação como fiéis do que uma verdadeira participação numa organização de carácter cívico. Um elemento interessante é o facto de os dados do inquérito revelarem que existe um certo nível de pressão para aderir a um partido político, fenómeno que, logicamente, diz respeito em primeiro lugar ao partido no poder e não traduz necessariamente uma verdadeira forma de engajamento cívico, tanto mais que só uma pequena parte dos cidadãos se sentem completamente livres para se juntarem a outros e formarem algum tipo de associação.

No que se refere ao acesso à informação, há dois aspectos a salientar: em primeiro lugar, que a maioria dos cidadãos ainda depende dos meios de informação clássicos, sobretudo a rádio e a televisão, para se informar e que a sua confiança na independência desses meios de informação é bastante baixa; em segundo lugar, que a informação prestada pelos órgãos do Governo sobre assuntos de interesse directo para os cidadãos é pouca, o que se traduz numa avaliação de fraca transparência por parte das autoridades governamentais.

Em geral, existe no seio dos cidadãos um sentimento de grande limitação à sua liberdade de expressão. Não só existe um sentimento amplamente partilhado de pouca liberdade de expressão em geral, mas também, em especial, de que é muito difícil, a todos os níveis, exprimir discordância em relação às decisões propostas, ou tomadas, pelas diferentes autoridades. Ao mesmo tempo, apesar de uma clara consciência sobre a importância do protesto para alcançar mudanças, os cidadãos sentem muito pouca liberdade para efectivamente se engajarem em manifestações e protestos públicos.

No que diz respeito à participação política, na sua dimensão de participação eleitoral, constata-se que, apesar de os cidadãos terem acesso à informação sobre os processos eleitorais, isso não se traduz por uma participação elevada no voto, havendo, nas eleições mais recentes, apenas à volta de metade dos eleitores inscritos que se deslocam para votar. Por outro lado, há cerca de um quarto dos eleitores que se sentem pressionados para votar num determinado partido. Tudo isto é acompanhado de uma grande falta de confiança nos processos eleitorais e uma ainda maior falta de confiança nos órgãos de gestão eleitoral, o que explica em parte os altos níveis de abstenção observados e resulta numa fraca legitimidade do poder político.

Num contexto em que a liberdade de opinião e expressão é limitada e em que aderir a um partido de oposição é um desafio, apesar de a grande maioria dos cidadãos pensarem que os partidos são necessários para a plena expressão dos diferentes segmentos da sociedade, há apenas pouco mais de metade dentre eles que consideram que a democracia é o sistema político preferível. Ao mesmo tempo, para um quarto dos cidadãos, a questão do sistema político é indiferente. Nesse contexto, compreende-se, para além disso, que para um terço dos cidadãos a democracia em Moçambique tenha grandes problemas e que haja mesmo um quinto que considera que não existe democracia no país.

Finalmente, podem-se identificar dois desafios principais para o desenvolvimento do espaço cívico em Moçambique para os quais será necessário procurar respostas: em primeiro lugar, as restrições à liberdade de expressão e à liberdade dos media e, em segundo lugar, os obstáculos à participação política, nomeadamente a intimidação e a falta de transparência dos processos eleitorais.

Referências

- Almond, G. & Verba, S. (1963) *The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, Princeton University Press.
- Brito, L. (2008) *Uma nota sobre voto, abstenção e fraude em Moçambique*. Maputo, IESE.
- Brito, L. & Chivulele, F. (2017) *Economia, Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique. Uma colectânea de textos*. Maputo, IESE.
- Habermas, J. (2006) Religion in the public sphere. *European Journal of Philosophy*, 14 (1–25).
- Hanlon, J. (2024) *25 Anos de Fraude Eleitoral Protegida pelo Secretismo*. Maputo, CIP - Centro de Integridade Pública.
- Lundåsen, S. (2021) Religious Participation and Civic Engagement in a Secular Context: Evidence from Sweden on the Correlates of Attending Religious Services. *Voluntas*. doi:<https://doi.org/10.1007/s11266-021-00353-7>.
- Mais Integridade (2023) *O Roteiro da Fraude. Como foi que a Frelimo manipulou os resultados das eleições autárquicas de 2023*. <https://maisintegridade.org/wp-content/uploads/2023/10/O-Roteiro-da-Fraude-como-foi-que-a-Frelimo-manipulou-os-resultados-1-1.pdf>.
- MISA (2018) *African Media Barometer. a home-grown analysis of the media landscape in Africa*. Windhoek, Friedrich Ebert Stiftung - FES.
- MISA (2017) *Mozambique: National overview 2017*. Maputo, MISA Mozambique.
- Putnam, R. (2001) *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York, Simon & Schuster.
- Putnam, R. (1993) *Making democracy work. Civic traditions in modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.
- Teorell, J. (2003) Linking social capital to political participation: voluntary associations and networks of recruitment in Sweden. *Scandinavian Political Studies*, 26 (1), 49–66.
- Tocqueville, A. (2004) *A democracia na América*. São Paulo, Martins Fontes.
- Ucucho, R.N. (2020) *Possibilidades e limites das Organizações da Sociedade Civil como factor de credibilização dos processos eleitorais em Moçambique (2018 - 2019)*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.

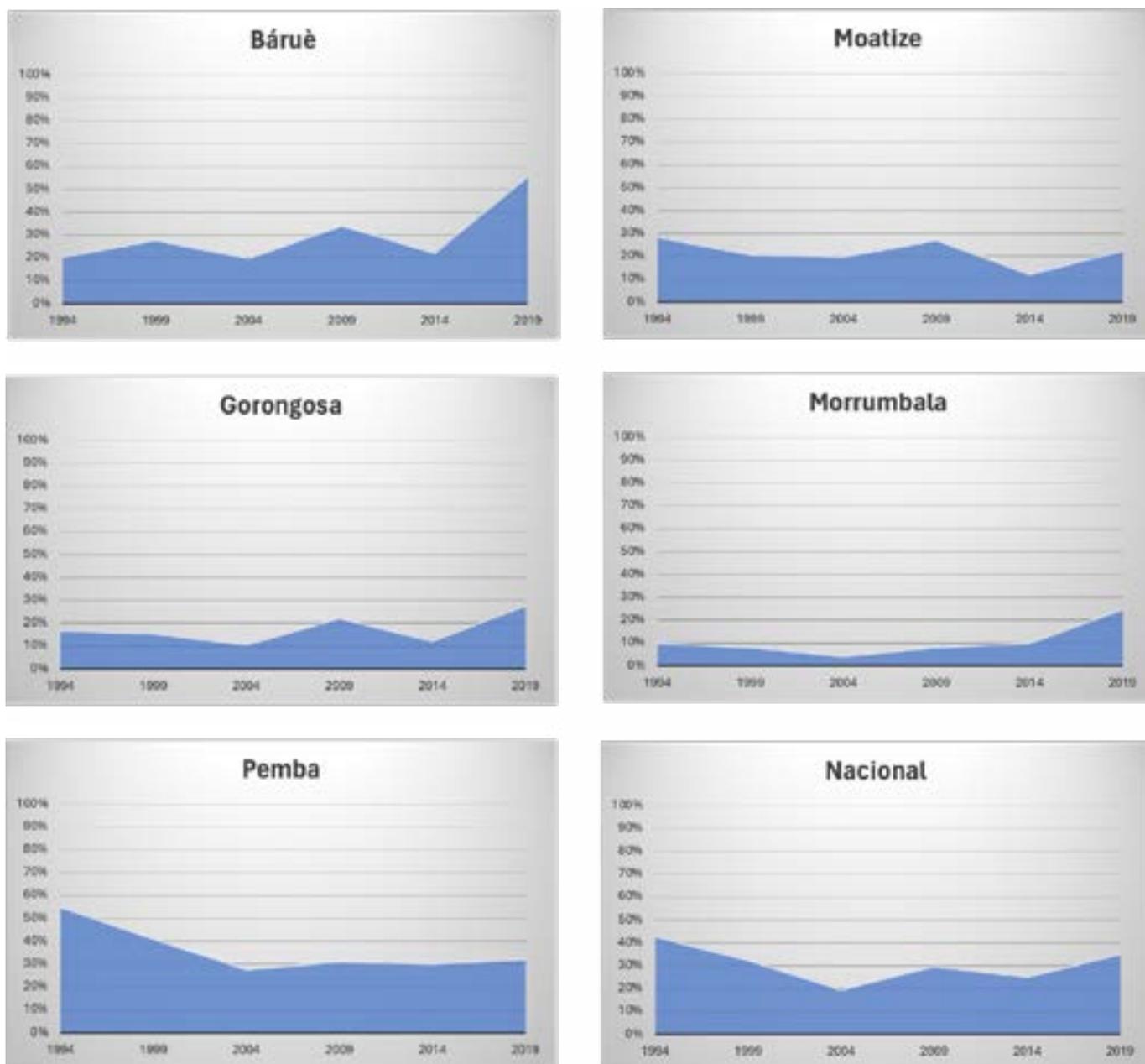
Anexo A – Participação nas eleições presidenciais

Tabela A – Participação nas eleições presidenciais (1994-2019)

	1994	1999	2004	2009	2014	2019
Báruè	80,8%	69,4%	34,6%	45,7%	53,5%	68,9%
Gorongosa	82,0%	68,0%	32,4%	42,5%	38,0%	46,9%
Moatize	81,2%	72,2%	37,0%	43,1%	53,1%	45,1%
Morrumbala	76,3%	57,2%	20,2%	27,0%	35,5%	43,3%
Pemba	92,6%	70,3%	42,9%	41,1%	44,6%	50,9%

Anexo B – Voto presidencial da Frelimo

Quadro A – Voto presidencial da Frelimo em relação aos eleitores inscritos



Os gráficos incluídos no quadro acima apresentam a percentagem da votação obtida pelos candidatos presidenciais da Frelimo nos cinco distritos estudados e a nível nacional desde as primeiras eleições multipartidárias, em 1994. Eles ilustram a fraqueza social da base eleitoral do partido no poder, que apenas consegue mobilizar, em média, um terço dos eleitores inscritos²⁶.

²⁶ De facto, menos que isso, se considerarmos que existe, por um lado, uma certa percentagem de cidadãos que não se inscrevem nas listas eleitorais e, por outro lado, que os resultados do voto Frelimo são, em geral, inflacionados como resultado de diversas formas de fraude.

Contacte - nos

Endereço:

(+258) 21 486043

E-mail: iese@iese.ac.mz

142 R. Macombe Makossa, Maputo

